



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 17 de maio de 2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Lista de participantes não fornecida
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos. Com a presença da Vereadora Soninha Francine, Vereador relator da LDO Ricardo Nunes, declaro abertos os trabalhos da 8ª audiência pública do ato de 2017, segunda audiência pública temática do PL 239/2017, LDO 2018, com o objetivo de tratar dos seguintes órgãos: Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Foram convidados a participar desta audiência o Sr. Alexandre Schneider, Secretário, representado pelo Sr. Daniel de Bonis; Sr. Filipe Sabará, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, aqui representado pelo Sr. Leno Gonçalves de Lima. Está presente? (Pausa) Sra. Janaína Reis, que declinou estar na Mesa. (Pausa) Aguardando a presença do representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Sr. André Sturm, Secretário Municipal de Cultura, representado pela Sra. Josephine Bourgois, a quem peço que componha a Mesa.

Informo que as inscrições para pronunciamentos devem ser feitas por meio da secretaria da comissão. Considero as inscrições abertas. Passo a palavra, imediatamente, a palavra ao relator e em seguida aos representantes das Secretarias, à Vereadora Soninha e em seguida as inscrições.

Estamos em dúvida em qual tema, até porque alguns inscritos que nos acompanham por muito anos gostariam de se inscrever tema por tema. Então, eu vou arbitrar. O representante da assistência não se faz presente. (Pausa) Não dá para tratarmos desse tema sem o representante. Vamos aguardar ele chegar. Vou começar pela educação. A pedido da querida sempre vereadora Claudete.

Vamos aos temas. Passo a palavra ao Sr. Daniel de Bonis.

O SR. DANIEL DE BONIS – Bom dia a todos. Quero agradecer o convite da Comissão de Finanças e Orçamento, na pessoa do Presidente Vereador Jair Tatto. Estou representando o Secretário Alexandre Schneider, para trazer um pouco a perspectiva da

Secretaria da Educação nesse tema importante, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018.

Não pretendo fazer aqui uma exposição extensa dos planos de educação até para dar tempo da discussão e das questões que possam vir do público e possamos ter condições de responder a todos os questionamentos que sejam feitos em relação às questões de educação.

Em se tratando de LDO, pretendo me ater ao que se refere especificamente à educação, que é o anexo 1, do projeto de lei da LDO, PL 239/2017, que está pautado nesta comissão. Anexo que detalha questão das metas e prioridades da Secretaria para o ano de 2018.

Um primeiro esclarecimento importante em relação a esse anexo, houve uma decisão da Prefeitura Municipal que as metas e prioridades que fossem elencadas nesse anexo da LDO fossem derivadas do trabalho que está sendo desenvolvido do programa de metas 2017-2020. Então, a partir do trabalho do plano de metas dos projetos que já existe uma versão preliminar do plano de metas, nesse programa está sendo discutida a questão da incorporação das sugestões, contribuições da sociedade. Temos um volume recorde de contribuições ao programa, mais de 20 mil contribuições no programa de metas, por todos os meios, internet, audiências. O programa se encontra, neste momento, nessa fase de finalização, de incorporação dessas sugestões para que seja finalizada a versão em meados de 2017, com planos até 2020.

Então, a orientação ao anexo de metas e prioridades foi que constassem desse anexo os projetos, as metas que estão no programa de metas. Essa é uma ressalva importante porque o plano de metas não abarca tudo que é feito na Prefeitura de São Paulo. O programa de metas parte de uma escolha de iniciativas estratégicas, de metas estratégicas para esse período de quatro anos, de forma que temos uma seleção de iniciativas, de metas estratégicas muito importantes para a educação do Município em todas as áreas, mas não contempla a

totalidade das ações e das iniciativas que serão desenvolvidas em cada uma das Secretarias.

Eu vou falar o que consta do anexo do PL, que são metas e prioridades vinculadas às ações do programa de metas, mas isso não quer dizer que o que não estiver contemplado não será feito ou priorizado. A escolha foi por um conjunto de metas até para facilitar o acompanhamento da sociedade e etc, por isso nem tudo coube nesse programa, mas existem muitas iniciativas prioritárias que estão sendo conduzidas pelas diferentes Secretarias e estarão evidentemente no planejamento de 2018, estarão no PPA e em outros instrumentos de planejamento. Nós podemos, a partir do interesse dos participantes das audiências, discutir todas essas iniciativas, mas na minha exposição inicial eu pretendo apenas tratar do que consta no anexo do PL, que são metas e prioridades da educação em relação ao que está previsto para 2018.

A primeira delas é o programa Nossa Creche, que é um programa que visa a expansão das vagas da educação de zero a três anos e também ações de garantia de qualidade do atendimento nessa faixa etária.

Temos uma meta que está sendo colocada para 2020, em que a Cidade possa atingir uma taxa de cobertura de 60% das crianças de zero a três anos, que é uma taxa muito expressiva. Se formos observar os dados do censo escolar, os últimos dados disponíveis de 2016, vamos ver que a média no Brasil de acesso à escola de crianças de zero a três anos é 25%. A cidade de São Paulo avançou muito e estamos neste momento próximos a 50% de taxa de cobertura nessa faixa etária. A meta desta gestão é que até 2020 esse índice possa chegar a 60% de taxa de cobertura que é muito expressivo e que nos aproxima da meta do plano municipal de educação de 2025, que é chegar a 75% de taxa de cobertura nessa faixa etária, que é um pouco, pelos dados da PNAD, do censo escolar, seria uma proporção que se compatibilizaria com a procura de vagas nessa faixa etária.

O Nossa Creche é um programa voltado para expansão de vagas nessa etapa, buscando que tenhamos maiores garantias, apesar de saber que a rede de educação infantil

em São Paulo é uma rede de qualidade, temos um grupo muito grande de organizações que fazem um trabalho de excelência nessa rede. Sabemos que é muito importante, temos instrumentos de monitoramento, de avaliação que podem buscar a garantia da qualidade desse atendimento. Estamos trabalhando neste momento em cima de um marco que vai nos ajudar muito que é a Lei 13.019/14, um marco regulatório das organizações da sociedade civil e que tem no seu bojo alguns instrumentos de monitoramento, de avaliação, traz a questão dos indicadores presentes nos planos de trabalho das organizações e pretendemos que essa implementação seja feita de uma forma muito dialogada, conversada com as organizações, mas que possamos ter instrumentos de garantia dessa qualidade do atendimento e instrumento de monitoramento e avaliação em relação a isso. Isso em relação às nossas creches.

Em relação às atividades pedagógicas, temos uma meta bastante ambiciosa em relação ao IDEB, estamos querendo alcançar um IDEB de 6,5 nos anos iniciais do ensino fundamental e 5,8 nos anos finais, que são números que colocariam São Paulo na liderança das capitais brasileiras em relação à qualidade do ensino fundamental.

Para isso uma série de iniciativas estão sendo previstas, ações apoio pedagógicos aos alunos, que a gente possa ter programas de recuperação paralela para que ninguém fique para trás dentro das escolas. Vamos intensificar essas ações, intensificar as ações de alfabetização nos primeiros anos, essa é outra meta que está colocada no programa de metas da Prefeitura de São Paulo, em que tenhamos os alunos plenamente alfabetizados já no segundo ano do ensino fundamental e para isso vamos trabalhar com avaliações, a Provinha São Paulo será uma inovação. Vamos introduzir essa avaliação e já em 2018 vamos ter resultados disso para que possamos saber o nível em que nossos alunos estão nesse segundo ano e ações correlatas de formação de professores focados na alfabetização para que possamos garantir essa plena alfabetização já dos alunos que estão na faixa dos sete anos, no segundo ano do ensino fundamental, que seja uma garantia também da qualidade do ensino.

É muito difícil garantirmos a qualidade nos anos seguintes se não garantimos a

alfabetização nesse início. Essa meta do IDEB é importante e, além disso, estamos buscando que todos nossos alunos tenham o nível de proficiência considerado básico na prova Brasil. Isso é uma iniciativa importante porque não estamos pensando somente na média do IDEB, estamos pensando em que ninguém pode ficar para trás. Não adianta a gente subir com a média do IDEB, com os melhores alunos se desempenhando muito bem, mas termos um grupo de alunos ficando para trás, que não estejam aprendendo o mínimo necessário em cada ano.

Uma de nossas metas no programa de metas também prevê que os alunos tenham a garantia que estejam pelo menos no nível básico da Prova Brasil e isso requer que a gente trabalhe muito intensamente naquelas escolas de áreas mais vulneráveis, com aqueles públicos dentro da escola que também têm maiores dificuldades. Estamos organizando uma série de projetos que vão trabalhar dentro das escolas com esse público.

Uma outra ação que está colocada no anexo 1, e de extrema importância, é o currículo da cidade de São Paulo. Esse é um trabalho que já vem sendo desenvolvido intensamente com a participação plena dos profissionais de Educação, com reuniões de trabalho em todas as escolas, com participantes de escolas de todas as diretorias regionais. Teremos, ao final deste ano, esse currículo desenhado por profissionais da própria rede, por especialistas. E o ano de 2018 será de implantação do novo currículo da cidade de São Paulo que será – não temos dúvida – a primeira capital, talvez a primeira cidade brasileira a ter um currículo já alinhado com a base nacional curricular comum que já foi desenhado pelo MEC, ao longo dos últimos anos.

O currículo é um instrumento muito importante, os especialistas em Educação convergem muito nessa questão porque todas as ações de avaliação, de formação, de organização escolar vão se estruturar em torno desse currículo. Isso permite um trabalho com maior foco, com acompanhamento mais apropriado, de forma que o processo de ensino-aprendizagem vai ter potencial de aprimoramento a partir do currículo.

Para citar mais ações do anexo de Metas e Prioridades - que tem grande

importância - falo da conectividade das escolas no Programa Escola Digital, com a ideia de que não podemos privar os alunos do acesso a todo tipo de conteúdo, de informação de qualidade que hoje está disponível na rede, de todos os conteúdos pedagógicos que estão disponíveis na Internet ou que estão nos recursos em nuvens. A ideia é de que as escolas façam uso e pra isso é preciso investimento em infraestrutura para haja conectividade nas escolas.

Estamos avançando para que, ao longo de quatro anos, possamos progressivamente avançar nas unidades escolares de São Paulo, dando potencial muito grande para os professores, não só na sala de informática, na tecnologia, que todos os professores possam fazer uso de recursos pedagógicos que estarão ao seu alcance, recursos que são gratuitos. Temos “n” possibilidades de ferramentas de ensino que vão poder ser potencializadas com a questão da conectividade.

Finalmente o Programa CEU 21, um programa que busca trazer a questão da tecnologia, da inovação para os CEUs como polos de referência dentro da rede municipal. Estamos trabalhando com conceito em que os laboratórios de informática, que nós temos hoje em todas as escolas de ensino fundamental, possam progressivamente ser convertidos em laboratórios de educação digital, com paradigma do séc. XXI.

Nossos laboratórios de informática hoje estão ainda com paradigma do séc.XX, que são os desktops enfileirados com o trabalho individual, de cada aluno, e queremos trazer para o séc. XXI pra questão do trabalho colaborativo, do trabalho baseado na resolução de problemas, para a cultura *maker*, mão na massa. Tudo isso queremos trazer para o laboratório, que se transformará em laboratório de educação digital nas escolas. É projeto muito inovador numa escala que não existe, talvez, em nenhum lugar do mundo o que hoje está sendo pensado para a cidade de São Paulo. Os CEUs serão polos de referência desse projeto, que é um projeto em que a gente aposta, em que acreditamos muito.

Essa era a exposição que queria fazer, e pra não me alongar, deixar o tempo realmente para as manifestações que venham aí dos participantes, para que possamos

responder.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Registre-se a presença do Vereador Líder do Governo, Aurélio Nomura. Vereador Nomura e os que chegaram depois, nós começamos pelo tema Educação. Está aqui representando o Secretário o Sr. Daniel Bonis, que acaba de se pronunciar.

Para encaminhamento, querem se manifestar de imediato ou preferem ouvir? (Pausa) Nobre relator, algumas considerações? (Pausa)

O SR. RICARDO NUNES – O que o senhor determinar. Teria algumas questões, mas, se quiser, pode ser depois.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Aqui quem manda é o relator.

O SR. RICARDO NUNES – Mas se quiser escutar as pessoas, vocês é que sabem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por enquanto, são seis inscritos e o tema é Educação. (Pausa) Vamos ouvi-los primeiro? (Pausa) Três minutos cada um.

Muito bem: o primeiro é Fabio Siqueira, Movimento de Resistência Orçamento Participativo; depois o Rapper Pirata.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia, munícipes de São Paulo, Sr. Secretário Adjunto da Educação, Sr. Daniel, lamentando a ausência do Secretário Titular, Schneider.

Bom dia demais secretários, Vereadores: Soninha, Jair, Nomura e Ricardo; ex-vereadora Claudete Alves, ex-secretária da Educação, Cida Perez; público presente.

Falar de Educação, um tema que só para o Orçamento de 2017 está previsto 10 bilhões, 985 milhões, 422 mil, 304 reais. Quer dizer, quase 11 bilhões para a Educação, ou seja, muito dinheiro, dinheiro vultoso, significativo, dinheiro que a gestão passada – Fernando Haddad – não soube utilizar, haja vista os péssimos dados principalmente em relação à construção de novos equipamentos educacionais. Gestão que felizmente encerrou em dezembro do ano passado. O Tribunal de Contas trará, mês que vem, os dados que, com

certeza, serão os piores da história. Creche, EMEI, EMEF, promessas mil e execução abaixo de zero.

Falando da gestão João Doria, alguns assuntos são prementes. Primeiro: alguma creche das 10 prometidas sairá em 2017? Sabe-se que há várias obras em andamento na cidade, alguma será concluída em 2017? Para 2018, são suficientes apenas 10 creches previstas na LDO para 2018 numa cidade com 12 milhões de pessoas, que tem uma fila que não para de crescer em CEI? Preocupa-me a questão de EMEI estar ausente da previsão. Não vão mais construir EMEI na cidade de São Paulo? Não leio aqui sobre a escola de 4 a 6 anos.

No quesito Conselho Municipal de Educação, nunca está previsto. Esse conselho, será que ele existe na cidade de São Paulo? O que esse conselho está fazendo, o Conselho Municipal de Educação? Gostaria de um pronunciamento acerca disso, como também sobre a Conferência Municipal de Educação. Está prevista conferência para este ano e para o ano que vem? Onde está a previsão orçamentária para essa conferência?

Pra encerrar, com relação a dois temas frequentes que sempre aparecem. Um deles é a merenda escolar. A Gestão faz algum aferimento a respeito da qualidade da merenda servida às crianças da cidade de São Paulo? É recorrente a questão das merendas com problemas, as merendas insalubres? Não vejo essa importante questão ser realçada no Orçamento porque o dinheiro investido nesses fornecedores é muito grande.

Por fim uma questão muito conhecida, os uniformes escolares. Lamentavelmente, no início da gestão Schneider, como também ocorreu na sua gestão na era Kassab, houve problema de atraso de materiais escolares. Por que isso acontece? Por que nas gestões Serra-Kassab, Haddad e agora Doria não priorizam a questão do uniforme para as crianças, especialmente as crianças carentes da cidade de São Paulo? E olhem que a verba para uniforme é muito grande. Será que nesse tópico está faltando planejamento?

Repito, a gestão Schneider repete essas graves falhas em prejuízo da criança paulistana.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Rapper Pirata.

O SR. RAPPER PIRATA – Então, Daniel. Primeiro, reforçar que no Orçamento da cidade para o Mês do Hip Hop tinha 800 mil reais, e colocaram 400 mil. A gente quer saber pra onde vai o restante do dinheiro porque esse dinheiro é pra investir no Movimento Hip Hop.

O problema é que a Educação não dialoga com os movimentos, não compreende os movimentos e aí a gente questiona o que é Educação porque tem um *cara* chamado Paulo Freire que falava da educação bancária. E aí a gente vai acrescentar a *ele* a educação da economia, que o Banco Itaú, a Editora Abril vai ter interesse. Tanto que a gente quer fazer índices, e os índices, às vezes, tira diversos adolescentes, diversas pessoas da escola e não é contabilizado porque a Educação é um olhar... É *zoadó*. Tipo assim, estou falando e ninguém presta atenção no que estou falando. E é justamente esse o erro da Educação. É um grande negócio: vou colocar computador, compro de alguém, coloco tal coisa, só que nesse negócio, quero saber como fica a Educação para o indivíduo, para as pessoas?

Aí também não está citado o avanço de usar os CEUs como universidades, também não ouvimos isso.

Aí quero reforçar a transversalidade que a Educação tem que ter. Tem que dialogar com o Serviço Social porque chamar pessoas vulneráveis, eu sou vulnerável num monte de coisas, e não é isso que temos que olhar. Têm outras situações ao redor dos CEUs, qual a importância daquele território? E a transversalidade com a Cultura também porque Educação não é somente Matemática, também não é só a Língua Portuguesa. A Cultura educa bastante por isso que Paulo Freire fala dos educadores sociais.

Quero saber como vai ser o investimento, o seu olhar porque infelizmente a fala que você trouxe, trouxe em minha cabeça a Editora Abril, trouxe *Windows*, IDH, índice, etc, só que esses índices não atingem diversos adolescentes.

A Fundação Casa custa dez conto, dez mil reais, e têm diversos adolescentes que

não conseguem entrar nessa escola. E os EJAs são também importantes. Como é que fica a situação do EJA, que também é importante pra cidade?

A universidade foi importante, foi um avanço; os EJAs; e a educação para jovens e adolescentes com transversalidade com a Cultura. Quero também saber onde está o dinheiro do Hip Hop.

Mais uma informação: a Lei de Diretrizes da Educação, mudou a Lei 10.639. Ela não é implantada na cidade, é preciso implantar na área da Educação, é lei.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Tem a palavra Brasil Laerte e depois Claudete Alves, Presidente do Sedin – Sindicato dos Trabalhadores da Infância.

O SR. BRASIL LAERTE – Primeiramente, saudar os Vereadores da Mesa; as autoridades, a todos e a todas.

Sou chanceler global de assuntos diplomáticos da Universidade Miguel Thomas (?), constituída em 95 países. Também sou Presidente da Uniglobal Trabalho e Cidade, uma central sindical. Um dos eixos de sustentabilidade dessas duas organizações é a Educação.

Sem dúvida, para se formar uma nova sociedade para o mundo do conhecimento do trabalho e do empreendedorismo, é preciso investir em políticas públicas para formação de um novo cidadão, de uma nova criança e de uma nova juventude.

Para a juventude – plataforma do presente para o futuro – políticas públicas não estou vendo, estou vendo o desmonte de políticas públicas para a Educação, inclusive com a eliminação da merenda escolar, com a eliminação do leite e inclusive eliminação do transporte gratuito, do TEG. Isso é desmonte de políticas públicas.

Por outro lado, queria perguntar para o Daniel: há três anos atrás, numa audiência pública, eu destinei um terreno para construção do CEU lá em Santo Amaro. Eu já fui na Secretaria e queria ver com os senhores, a construção parou na Administração Doria, queria ver como seria a construção dos CEUs. Inclusive os CEUs fui eu quem visualizei aqui na cidade de São Paulo. Mas estão transformam os CEUs em ciência e tecnologia e não num

centro de educação, cultura, esportes e artes.

Então me pergunto, por outro lado, tenho dúvidas que o Prefeito Doria vá cumprir essas metas, não é acusando o Doria, nem a V.Sa., ou ao Secretário, nem o Secretário Adjunto, mas fiz uma denúncia há seis meses, em cima do Governador, ele estava fazendo várias operações para me perseguir. Foi na época do comparsa dele, lá no Rio, o Sérgio Cabral.

E a meta criminosa dele aqui, do Governador, é roubar cem bilhões até o final do mandato dele. Isso já denunciei e, numa reunião aí que eu estava escutando, na posse do Doria, estava o Presidente desta Casa, o Vice-Presidente e vários políticos, lá ele disse que – é por isso que tenho dúvida – que a meta na Cidade, e continuou com terrorismo falar enquanto faz as ações através da Secretaria Municipal de Segurança Pública...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

O SR. LAERTE BRASIL – Estou concluindo: Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Secretaria Estadual de Justiça, Secretaria de Segurança Pública e o II Exército. É uma falácia macabra do Estado.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. LAERTE BRASIL – Diz que aqui vão roubar, junto com o Doria, 20 bilhões.

E o maior parque são 5 bilhões de cada orçamento.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu já conhecia a corja do PMDB. Já está provado lá Vereador.

O SR. _____ - O senhor cala essa boca rapaz.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua por favor, vou precisar encerrar sua fala.

O SR. LAERTE BRASIL – Cala boa uma ova, é ladrão ou não é o Sérgio Cabral?

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. LAERTE BRASIL – Vai defender ladrão agora? Sérgio Cabral é o que? A mulher dele é o que.

O SR. _____ - P....

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Na verdade, V.Sa. tem de colocar na Corregedoria qualquer fato dessa natureza.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Claudete Alves. Vamos elevar o nível do debate. Nada melhor do que ter a nossa querida Presidente, cedinho, Vereadora Claudete Alves.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Bom dia, Presidente Jair Tatto, em nome de quem cumprimento todos os Srs. Vereadores e a Sra. Vereadora Soninha Francine, bom dia a todos os presentes.

Três minutos é muito pouco, mas eu queria tecer alguns comentários em relação a uns pontos que acho preocupante, mesmo porque entendo que essa Casa tem sido, através de vários mandatos, hospedeiras e hospedeiros de várias questões pertinentes à educação infantil, principalmente na questão do conveniamento da educação infantil.

Observamos vários mandatos que hospedam, com bastante rigor essa questão. E aí, antes de entrar nos pontos que eu tiquei aqui e que gostaria de fazer uma observação, eu queria fazer uma pergunta para a mesa, inclusive, que o inciso 5º, desta lei, versa sobre as despesas do Município com pessoal e encargos.

E aí eu quero estabelecer um diálogo com uma das coisas que marquei, é que quando a educação apresenta como metas...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Qual artigo?

A SRA. CLAUDETE ALVES - O inciso 5º.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Quinto do?

A SRA. CLAUDETE ALVES - Do artigo 1º.

Porque vou fazer um diálogo com as minhas anotações com isso. Aí eu ordenei, mas como já falei desse inciso, eu queria já entrar – outras companheiras vão falar a respeito -, mas queria um diálogo com a Secretaria no sentido quando a gente vê, como principal meta a questão de atingir o IDEB, principalmente no momento onde a gente teve anunciada a base curricular comum e se fala da questão da alfabetização.

Isso imputa formação, capacitação e um empenho, eu diria, até sobrenatural, por parte dos educadores, que terão de se esforçar muito numa realidade que ainda se tem um currículo embrionário na educação frente ao posto pelo Ministério da Educação.

E aí a gente não vê questões que considero fundamentais para que se sonhe em atingir essa meta, como a questão da diminuição do número de crianças por sala de aula. E aí eu queria observar que é impossível querer atingir essa meta se não pensar. Eu acho que é obrigação desta Câmara, destes mandatos, reavaliarem o número de crianças nas salas de aula.

Hoje, ainda a gente tem algo razoável na educação infantil, mas em alguns módulos a gente reivindica a diminuição. Porque quando se vai para as EMEIs e para as EMEFs é desumano, não tem como exigir que atinjam uma meta dessas os professores de EMEI e EMEF com as salas superlotadas de crianças.

Então uma das metas e uma das prioridades que nós fizemos um esforço sobrenatural nos debates do Plano Municipal de Educação, foi a redução do número de alunos, por professor. Então fica inócuo não estar posta essa questão aqui com o objetivo de atingir essa meta.

E aí me preocupa muito numa...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Para concluir, Claudete.

A SRA. CLAUDETE ALVES - ...situação em que nos encontramos, a prioridade de se atingir a meta num prazo tão curto.

O Pirata colocou rapidamente, eu só pediria um momentinho de atenção, acho super importante, aqui no primeiro tópico do Projeto Estratégico está o selo da diversidade, que fala que há meta a atingir em 150 empresas que tratam da questão dos direitos humanos e da diversidade na cidade de São Paulo.

Eu reforço a preocupação apresentada pelo Pirata, que a gente vê um esvaziamento nesses cinco primeiros meses da política da diversidade, principalmente na educação, no que se refere à obrigatoriedade da implementação da Lei 10.639, que a gente vê muito timidamente políticas no âmbito da Secretaria.

E aí, por fim, a meta do atingimento. Para concluir mesmo, Vereador, que fala de se atingir 30 mil matrículas na Educação Infantil. E aí tem uma cotradução que se apresenta aqui, está prevista a construção de 10 CEIs. Aliás, queria fazer uma observação e lamentar um retrocesso, na cidade de São Paulo, que volta a falar de creche, sendo que aprovamos leis aqui no sentido de avançar, de adequar esse atendimento da Educação Infantil não só como assistência.

E hoje, na cidade de São Paulo, pela lei é Centro de Educação Infantil e se fala em creche, o que observamos com preocupação. E o Prefeito tem anunciado que pretende garantir 60 mil vagas no atendimento e temos na proposta a construção de 10 CEIs. Digamos que esses CEIs fossem para atingir a capacidade de 300 crianças, se fosse um Cemei, então precisaria de 100 e estão previstos 10. Eu gostaria de entender o que é isso.

E como disse e como constatamos que vários mandatos são hospedeiros da política de convênio, queríamos saber da Secretaria se está implícito nesse atendimento a prevalência pela rede conveniada ou se serão abertas escolas na rede direta.

Para concluir mesmo, uma observação, em nenhum momento aqui é citada a chamada de concursados. Há professores de Educação Infantil e PEIFs, que são professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Por último, um debate que estamos travando através do mandato do Vereador

Antonio Donato, uma política de reorganização da Educação Infantil que já apresentamos na Secretaria Municipal de Educação, que é avançar nos CEMEs, respeitando jornadas, enfim, como uma política de organização infantil na rede direta da cidade de São Paulo.

Muito obrigada.

(NÃO IDENTIFICADA) – Claudete, você citou a lei 10.639?

A SRA. CLAUDETE – Isso.

(NÃO IDENTIFICADA) – Qual é essa lei?

A SRA. CLAUDETE – É a que obriga a tratar da questão da diversidade étnico racial, principalmente da questão da história do negro. Inclusive, quero alertar a Câmara Municipal que o próprio Ministério Público, em 2008, determinou essa obrigatoriedade e a Prefeitura não cumpre.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Claudete. Tem a palavra a Sra. Sheila Mendes, Secretária Geral do Sedin. Depois o Sr. João Cleber.

Registro a presença do Vereador Antonio Donato, Líder da Bancada do PT.

A SRA. SHEILA MENDES – Bom dia à Mesa, a todos os presentes, meu nome é Sheila, sou Diretora no Sedin, Sindicato dos Educadores da Infância.

Como a Claudete falou, em relação a nossa creche, nossa preocupação é que somente 10 CEIs previstos de construção, com 30 mil para atendimento. Então essa conta não está batendo e reiteramos que o pedido de que esses 10 CEIs sejam construídos e entregues à rede direta do Município de São Paulo.

Quando falamos da alfabetização e apoio pedagógico devemos pensar também na diminuição do número de crianças em sala de aula e nas condições de trabalho dos profissionais para esse atendimento.

Quanto à avaliação externa, que sejam dadas condições de trabalho também aos profissionais, redução do número de crianças e de alunos por educador e que essas avaliações não sejam utilizadas como punição para as escolas e para os profissionais, assim como

acontece no Estado. Então que essas avaliações não sejam utilizadas nesse sentido.

Quanto ao currículo da cidade de São Paulo, lamentamos muito que a Secretaria, desde o início do ano, não veja a Educação Infantil como também Educação básica e não se mostra preocupada com o currículo da educação infantil.

Então, em momento nenhum, em documento nenhum aparece a discussão e nem a chamada dos profissionais da educação infantil para discussão também do currículo da educação infantil. Então, querem implementar este currículo em 2018 e a educação infantil, ninguém quer conversar, ninguém quer falar, ninguém quer debater. E aí a gente deixa este questionamento.

Eu não sei exatamente se a ordem dos fatores altera o resultado, conforme está na tabela, mas a construção desse currículo deve ser de forma participativa, dando publicidade aos profissionais e à sociedade e não ao contrário, como está na tabelinha. Primeiro, publicada e difundida aos profissionais e à sociedade e depois construída com a participação. Então, queria saber se os fatores alteram.

E que toda esta discussão respeite as peculiaridades da autonomia das unidades escolares, os conselhos de escola – quando falamos de um currículo único, básico, há de se pensar nas peculiaridades das unidades escolares.

Acesso e permanência também é outro fator que temos de pensar que os profissionais não podem ser culpados pelo acesso e permanência nas unidades escolares uma vez que as matrículas não são governabilidade dos profissionais da Educação. As matrículas são feitas pela Secretaria de Educação. É um sistema que abre e fecha. Os profissionais não podem ser punidos por isso.

Daniel, na sua fala todos os professores poderão usar recursos pedagógicos, um investimento enorme em laboratórios de informática enquanto fecham-se salas de brinquedoteca, salas de leitura na educação infantil sendo a educação infantil a base da educação.

Deixamos nosso repúdio nesse pensamento da secretaria em todo esse processo que a secretaria vem apresentando: todo o investimento em tecnologia, aos profissionais do ensino fundamental, mas a educação infantil nem ao menos o currículo vocês querem discutir conosco.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sheila.

João Cleber, do Fórum de Educação Integral.

O SR. JOÃO CLEBER - Bom dia a Mesa e aos presentes.

Há duas propostas que não identificamos na proposta apresentada. Foi aprovado por esta Casa, em 2015, o Plano Municipal de Educação e a meta 13, do Plano, previa a regionalização dos planos de educação. A cidade de São Paulo é muito grande, ela é uma abstração enorme e se você não tiver metas regionalizadas, você não consegue de fato atender as pessoas. O Plano estabelecia o prazo até o mês de setembro para construção desses Planos e a gente entende que precisa se avançar nisso. Estava previsto no calendário escolar no início dessa discussão agora no mês de maio e a finalização no mês de agosto. Acho que precisa ser retomado. Aprovando-se os Planos Regionais, precisa-se ter a dotação orçamentária para a sua execução.

Precisamos debater também a meta 9, do mesmo Plano de Educação, que trata da educação integral. Você falou da vulnerabilidade social. Desde os anos 60, as grandes pesquisas mostram que há uma correlação muito forte entre aprendizagem e o meio onde a criança está.

Entendemos que um avanço que precisaria se dar não são as políticas intersetoriais. A educação sozinha não basta para educar uma criança. Há um provérbio africano que menciona isso. Há necessidade de articulação com o verde, cultura, esporte, assistência social e com saúde precisa acontecer, mas para que essa política intersetorial aconteça, precisa haver gestão intersetorial e temos secretarias que trabalham de forma parcelada e não dialogam. Isso tem de ocorrer no âmbito da gestão da Prefeitura, no âmbito

regional e no âmbito local onde o diretor de escola, o coordenador possam conversar. Isso, eu entendo que no Plano Regional possa ser construído.

E, no caso da Meta 9 de Educação Integral, gente entende que a expansão do Programa São Paulo Integral precisa acontecer, para isso precisa estar previsto o recurso.

Ele é um programa que, de certa forma, consegue financeiramente se sustentar, na medida em que a criança recebe verbas maiores do MEC, o repasse é maior. Então, é um programa que capta recursos diferente de outros. Por isso a gente entende que ele precisa estar previsto, e ele não está como uma meta, nem a execução do Plano Municipal de Educação está como meta, e é uma lei aprovada e amplamente debatida nesta Casa, como a ampliação da educação integral na minha Meta 9.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A Sra. Joélia Aguiar, Vice-Presidente do Cedin; e, em seguida, a Sra. Liliane Liliane Garcia.

A SRA. JOÉLIA AGUIAR – Na pessoa do Vereador Antonio Donato, eu gostaria de cumprimentar todos da Mesa e lamentar a falta do nosso Secretário Alexandre.

Mas eu não quero ser repetitiva, mas de tudo o que o Daniel apresentou, eu gostaria de perguntar: qual é a previsão orçamentária para valorização dos profissionais da Educação, porque isso não foi citado, e, também, para se discutir currículo e outras questões que colocou, fundamentando a avaliação dos profissionais, nós gostaríamos de perguntar para você: qual é a proposta da Secretaria com relação à verba para o Fórum e para as Conferências de Educação, porque, por exemplo, nessa Conferência, não tinha verba para os intérpretes de libras, por exemplo.

Eu acho que antes de aprovar estamos cometendo um erro. Nós temos que parar primeiro para fazer uma um debate sobre essa questão de avaliação e currículo.

E, com relação aos 10 Centros de Educação Infantil que constam – porque nós temos alguns em andamento e ainda não foram entregues -, nós queremos saber se eles serão

serão colocados na rede direta com a qualidade, com a qual a gente tem que se preocupar, a qualidade do atendimento na Educação Infantil da rede pública municipal.

Hoje, nós temos 1.100 e poucos Centros de Educação Infantil na rede indireta, que nós sabemos que não atende com a mesma qualidade e temos 300 e poucos Centro de Educação Infantil com essa qualidade da qual eu me referi aqui atendendo no público e com qualidade.

Então, o objetivo nosso aqui, também, é falar que esse financiamento deve ser utilizado da melhor forma possível no público e com qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Joélia.

A Sra. Liliane Garcia.

A SRA. LILIANE GARCIA - Bom dia a todos e todas.

Eu venho falar de uma questão, principalmente, do que o Daniel colocou.

Na verdade, quando a gente pensa na educação para o século XXI, a primeira coisa que vem na nossa cabeça é a tecnologia, mas, olhando para as metas que estão colocadas, são muito semelhantes a tudo aquilo que já estava posto há muito tempo.

Eu vim falar, especificamente, de uma meta - e, pegando um gancho com o que o Kleber falou como o que a companheira que me antecedeu falou – da questão das pessoas com deficiência.

Por que eu resolvi falar disso? Não só porque é minha área, mas porque, se a gente olhar as pessoas com deficiência, elas continuam localizadas, como se essa questão tivesse só a ver com atendimento educacional especializado. Não, não é.

O que está posto hoje na lei brasileira da inclusão significa que a gente tem que transversalizar a educação especial como serviços, portanto ela tem que estar em todas as metas. O que aconteceu na Conae foi um descalabro. Todos os surdos só tinham que estar na Penha, porque só lá foi disponibilizado intérprete de Libras. Então os do Butantã tinha que ir para a Penha. Eu sou do Butantã, eles fizeram moções. Só que a gente ainda pensar que

numa cidade como São Paulo as pessoas surdas ainda têm que fazer moções de repúdio porque não conseguem participar é um absurdo. Nas 13 regionais, nas 13 Conaes, que a gente teve Conaes regionais. Então a gente tem uma lei brasileira de inclusão e a gente continua tendo que judicializar quaisquer questões com relação a pessoas com deficiência.

Posto isso, a gente percebe que a única meta que tem alguma relação é a meta do apoio pedagógico. Ou seja, sempre a gente olha a pessoa com deficiência como aquela que vai precisar de apoio pedagógico. Bom, e quais são as questões que vão estar postas na creche, na alfabetização, em todas essas questões? Para fazer a escola do Século XXI a gente não pode deixar, como a ONU diz, nenhuma criança de fora. A gente sabe quem está de fora. Quem está de fora são aqueles que precisam mais. São aquelas que deviam estar dentro.

Então deixar bem marcado que sem orçamento a gente não vai conseguir fazer, porque precisa de apoio, serviços transversais na educação como um todo, não só uma salinha de recursos em que a gente pode pôr várias coisas lá dentro. Se esses recursos não chegam até a sala de aula, esse menino fica fazendo companhia para a samambaia.

Então, para ser uma educação do Século XXI, a gente tem que investir em tecnologia, por exemplo. Mas essa tecnologia é acessível? Ela vai ser acessível para todas as pessoas? Pessoas cegas vão poder acessar esses computadores? Pessoas surdas vão poder acessar esses computadores? Os meninos com TGD vão poder acessar esses computadores?

Quando a gente pensa em todos, a gente é capaz de fazer um planejamento de verdade para toda a Cidade. Então queria deixar aqui que salta aos olhos que o Plano Municipal de Educação tem uma meta específica para isso, e absolutamente não tem diálogo com todas as outras metas. A intersectorialidade, que o Kleber falou, com todas as secretarias também precisa estar dentro da Secretaria de Educação. Eu não posso ter um departamento de educação especial separado que não conversa com o ensino fundamental, com o ensino de jovens e adultos etc.

É isso que eu queria falar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Chamar o Jesus dos Santos Gomes (ininteligível).

O SR. JESUS DOS SANTOS GOMES – Bom dia. Quero começar dizendo que o Doria está parecendo o Lula, só vive viajando. Deve estar usando o mesmo jatinho para estar vendendo a Cidade fora do País. Mas eu também não quero ser repetitivo.

Quero dizer para a Secretaria Municipal de Educação que vocês precisam se posicionar com mais ênfase, porque não dá para o Vereador Holiday ficar visitando escola e cobrando assunto de professor; não é responsabilidade dele. E eu peço que os vereadores que aqui estão também façam uma comissão para chegar nesse vereador e colocá-lo no lugar dele.

Mas para falar de educação, que é do que estamos falando agora, você falou que os CEUs serão centros de tecnologia, ciência, isso e aquilo outro e tal. Há um tempão vimos dialogando na Cidade sobre o quanto é importante a Secretaria de Educação e a Secretaria de Cultura e Esportes dialogarem verdadeiramente, verdadeiramente, pois os CEUs são o que a gente tem de equipamentos – fora as escolas e as UBSs, lógico - mais espalhados nos territórios da Cidade, **e o que a gente vê é equipamentos vazios... (Rod. 13)**

O que a gente vê são equipamentos vazios, sem utilidade pública, sem pessoas usando efetivamente.

Diante dessa constatação, qual é o projeto efetivo e transversal que a Secretaria Municipal de Educação irá propor junto com as outras Secretarias que compõem a gestão administrativa desse equipamento?

Fora Temer, fora Doria, fora estrume!

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Cida Peres.

A SRA. CIDA PERES – Bom dia a todos. Só queria reforçar que, junto à educação, no anexo que veio ao projeto de lei, só faz referência ao IDEB, como vários que me antecederam já falaram. Falar em melhorar o IDEB, mas não falar como, com medidas

concretas, não significa nada, e o Plano de Metas ignorou o Plano Municipal da Educação, como já foi falado.

No Plano Municipal de Educação, define-se o número de alunos por sala de aula, na meta 2 – se não me engano. Também tem a questão de financiamento da educação na meta 1, de como continuaremos avançando para os 33%, e isso está ligado à diminuição dos alunos, à formação, à chamada dos professores para os concursos.

Na meta 5, na questão da educação infantil, a construção dos EMEIs, como continuaremos avançando na estruturação da rede de educação infantil. E, principalmente, em meta 6, 7, 8 e 9, refere-se ao Ensino Fundamental, da necessidade reestruturação das atuais escolas de Ensino Fundamental. É preciso um plano de reforma dessas escolas, precisa de ampliação de espaços. Lá tem uma meta que fala de informática, mas as escolas estão ficando sucateadas; as salas de leitura estão sem professores, não estão integradas no projeto da escola.

Então, quando falamos em melhorar o IDEB, é preciso falar de coisas concretas, e não melhorando só o ler e escrever para melhorar o resultado da escrita e da matemática e ignorar as relações que temos de fazer, porque não se trata de escolarização. Em relação à escolarização, acho que São Paulo está dando conta, forma os alunos, não tem gente do Ensino Fundamental fora da escola. O nosso grande desafio, que não começou neste governo, mas vem ao longo do tempo, é a questão educacional. Aí nós precisamos de reforma significativa, que não é só reorientação curricular, como está proposto, mas com que debate faremos isso, com que professores.

No Ensino Fundamental, nós inauguramos uma questão muito séria, que imita o Estado, que é: em vez de chamarem os professores concursados, contratam professores para o Ensino Fundamental e alegam que não há recurso. Esses professores já recebem. Chamá-los concursados é trocar seis por meia dúzia, porque isso afetará lá na frente a questão da previdência.

Não podemos deixar iniciar no Município de São Paulo o problema da contratação. Não queremos ter uma categoria O no Município, como já existe no Estado.(Palmas) Nós queremos professores concursados e bem formados. Não há uma linha sobre formação para professores, e é essencial a formação continuada, para a gente avance nessa questão.

Agora acho que o primordial que me deixou muito assustada é não fazer uma referência ao Plano Municipal de Educação, é ignorar o debate que se iniciou no Governo Kassab, foi todo o nosso Governo Haddad, o envolvimento da sociedade civil, as diversas conferências e o debate nas escolas, para a gente chegar a uma proposta. O Vereador Ricardo Nunes até estava na Comissão de Educação e foi relator de uma parte do plano. V.Exa. viu o quão difícil foi esse debate para a gente chegar a um acordo, e aí veio esse plano completamente ignorado, quando se apresenta o Plano de Metas. O Plano de Metas tem que conversar com todos os planos setoriais, como foi dito aqui.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Tem a palavra o Sr. Luiz Carlos, do Sinesp.

O SR. LUIZ CARLOS(?) – Bom dia, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras e todos os presentes, queria fazer três breves comentários com relação à LDO, o orçamento no geral. O primeiro deles, que me preocupa muito a Rede Nossa São Paulo, é uma desconstrução em cascata do processo de planejamento. Nós conversamos muito com a gestão Doria no início. Pressionamos muito, para que o Programa de Metas, de fato, fizesse menção, reconhecesse e tomasse, como referência, aquilo que foi definido pelos planos setoriais. Colocamos isso textualmente. Fizemos pressão, fizemos todas as formas, para colocar isso para a Prefeitura. A Prefeitura ignorou os nossos comentários e, por uma opção, não incluiu os planos setoriais nas metas. Foi uma opção metodológica. Isso acarreta que agora o que foi definido, no programa de metas, coloca-se como diretriz, como referência principal da construção da LDO. Só que, se lá atrás, houve uma opção pelo programa de metas não reconhecer os planos setoriais, obviamente acontece que a LDO, daqui para frente, nós temos um *gap*, um problema sério aí,

que é uma desconstrução em cascata. Então, por óbvio, a LDO não vai conseguir reconhecer os planos setoriais, porque, porque lá de trás já não veio.

Então, o que eu queria colocar, em primeiro lugar é: Temos como reverter esse processo. Hoje foram 20 mil propostas feitas ao longo do processo participativo do programa de metas. Inclusive, um dos principais pontos foi a Cultura, que se fez presente em praticamente todas as audiências.

Essas propostas, essas sugestões estão hoje nas secretarias. Voltaram para os Secretários, para os Secretários analisarem as propostas. Os Secretários vão analisar as propostas da sociedade civil e vão definir lá para a Secretaria de Gestão quais são as diretrizes finais do Programa de Metas. Tudo indica que, no dia 30 de junho, vai ser promulgada a versão final do Programa de Metas. Está, na LDO, que após a promulgação da versão final do Programa de Metas, a Cidade tem 120 dias para adequar a LDO às diretrizes que forem definidas na versão final do Programa de Metas.

Então, o que eu estou querendo fazer aqui é uma crítica democrática, no sentido de que não foram respeitados os planos setoriais na elaboração do Programa de Metas e estou, ao mesmo tempo, apontando uma solução. Então, solicito aqui aos nobres Vereadores, ao Sr. Daniel, representando aqui a Secretaria de Educação e ao Sr. Líder da Situação, do Governo, que, nessa última avaliação dos Secretários, com relação ao programa de metas que, por favor, se reconheça os planos setoriais articuladamente com as sugestões da sociedade civil. Foram 20 mil sugestões, não é brincadeira.

Então, temos condição, na versão final do programa de metas, de recuperar esse erro que foi cometido. Esse é o primeiro ponto que peço, encarecidamente, que seja levada essa pauta tanto pelos vereadores quanto pelo governo, que a última versão do plano de metas reconheça os planos setoriais. Feito isso, teremos 120 dias, a partir de 30 de junho, para inserir na LDO aquelas diretrizes que vêm do programa de metas reconhecendo os planos setoriais. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é com relação à regionalização do orçamento. É lei na Lei Orgânica do Município que se regionalize o orçamento. Isso é fundamental para que saibamos exatamente quanto está sendo gasto e a previsão de gasto por distrito, por prefeitura regional, por área. A regionalização do orçamento não vem sendo feita com seriedade. Quando você pega a regionalização do orçamento são centenas de rubricas em que se têm a determinação suprarregional, supradistrital por uma questão de gestão. Então, a Prefeitura tem capacidade de instruir melhor seus servidores, de conseguir fazer um diálogo, de promover um sistema mais moderno que faça com que só seja suprarregional de fato aquele gasto que você não consegue regionalizar, mas que não seja uma alternativa para os servidores simplesmente colocar suprarregional. Concluindo, esse é o segundo ponto que pedimos que seja reconsiderado.

E por fim, só para nos posicionar e colocar uma crítica radical com relação ao congelamento dos recursos porque isso é inadmissível. A Prefeitura, ao congelar obras, ao fechar salas, ao congelar os recursos, ela transfere a crise para a periferia. É inadmissível, não podemos ficar calados frente a esse congelamento, frente a essa opção em que a periferia paga pela crise, enquanto nas regiões centrais não temos esse mesmo prejuízo, muito pelo contrário. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Muito obrigado. Luiz Carlos é o último, depois passarei para as considerações, as perguntas dos membros da Mesa.

O SR. LUIZ CARLOS – Bom dia a todos, bom dia a Mesa. Sou do Sinesp, sindicato dos gestores, que tem como princípio a defesa da qualidade da educação municipal. Anualmente, realizamos uma pesquisa nas 13 diretorias regionais de educação, intitulado Retrato da Rede, que aponta o perfil da educação municipal.

Alguns assuntos nem constam desse plano de metas. Eu queria colocar sobre a violência nas escolas. 90% dos entrevistados colocam que seu local de trabalho é inseguro, o entorno com grandes dificuldades. Saúde do trabalhador também tem um índice muito alto de

adoecimento devido também à falta de pessoas na unidade. Foi falado aqui sobre inclusão, escolas sem acessibilidade, sem pessoal, sem estagiários. A gente levou esse problema sobre a informática nas escolas, equipamentos obsoletos, sem manutenção. Tem de haver realmente um investimento muito grande.

Outro princípio nosso é a defesa do concurso público. Por insistência e por combater, foram chamados diretores e supervisores, ainda restam algumas vagas que precisam ser chamadas, defendemos um concurso para coordenador pedagógico, a legislação já permite, já tem mais de 400 vagas. E corre nesta Casa, desde o final do Prefeito Haddad, sobre a criação de cargos de supervisor, 96 cargos. Na realidade, precisaríamos de 200 cargos pela terceirização que foi bem falado pela Claudete.....

Na realidade, precisaríamos de 200 cargos pela terceirização, como foi muito bem falado pela Claudete, porque o trabalho do supervisor está sobrecarregado.

Então, Secretário, gostaria de uma atenção a esses itens, que não foram contemplados e esperamos alguns encaminhamentos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Vereador Antonio Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Bom dia a todos. Cumprimento todos que compõem a Mesa e os demais presentes.

Eu queria repercutir a fala do Américo, cujo aspecto eu acho que temos que trabalhar melhor, porque é o mais delicado.

O Plano de Metas, quando foi concebido e aprovado nesta Casa, foi uma forma de o governante transformar em metas as promessas de campanha. Isso não elimina todas as outras políticas que já são estáveis, consagradas em lei. Acredito que, na confecção da LDO, tenhamos que trabalhar os Planos. Na Comissão de Estudos sobre verbas da Cultura, por exemplo, estamos apresentando uma emenda ao artigo 6º, que trata disso já, agora, e diz: “As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2018 são aquelas

especificadas no Anexo de Prioridades e Metas, observando o Programa de Metas da Cidade de São Paulo, elaborado nos termos do Artigo 69-A da Lei Orgânica do Município e dos Planos Setoriais vigentes”, e lista todos os Planos: Plano Municipal de Educação; Plano Municipal de Cultura; Plano Municipal de Segurança Alimentar; Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca; Plano Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo; Plano Municipal de Ações Articuladas para Pessoas com Deficiência; Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua, e Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

A SRA. SONINHA FRANCINE – E ainda tem mais, Vereador Donato. Tem o Plano Municipal de Assistência Social e o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

O SR. ANTONIO DONATO – Fizemos uma pesquisa rápida e não conseguimos abarcar tudo, mas os Planos são leis e têm uma forma legal, um decreto, e estabelecem uma política, que tem que estar expressa na LDO e no Orçamento, independentemente de o Sr. Prefeito, no debate eleitoral, não ter exposto isso como uma meta. Isso continua sendo uma meta da Cidade, porque foi consagrado em lei.

Evidentemente, é importante o que o Américo sugeriu, de casar o Plano de Metas nesse processo participativo que existiu com os outros Planos, mas acho que também não precisamos nos aprender a isso e já colocar na LDO que vamos nos guiar por esses Planos e vamos procurar apontar nela, para a confecção do Orçamento, que esses Planos se materializem no Orçamento; senão são Planos apenas para inglês verem, apenas para mostrarmos em seminários e não para se materializar em política pública.

Essa é a questão que acho que é central. Depois, quando tivermos o ponto da Cultura, vamos falar de outros aspectos, mas essa é a questão que eu queria deixar registrada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Vereadora Soninha.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Às vezes, nos deparamos com um projeto de lei cujo texto, por exemplo, diz: “Proíbe qualquer tipo de favorecimento em uma licitação”. Isso não

precisa constar em uma lei municipal, porque já é dever constitucional. Só como analogia para dizer que, o que já é lei tem de ser cumprido, tem de ser contemplado na lei orçamentária anual. É como disse o Vereador Donato, recuperando a história do Programa de Metas. Foi uma maneira que o Movimento Nossa São Paulo encontrou para amarrar um prefeito com as suas promessas de campanha, para ele não prometer qualquer coisa no horário eleitoral, e depois fica o dito pelo não dito. Então, isso é uma síntese dos compromissos que o prefeito assume, mas uma mega síntese. Participei da elaboração da Assistência Social, fomos obrigados a resumir 96 ações, projetos, atividades, programas, obrigações em 2 itens, para constar de uma tabela. Então, não vamos considerar que esse Plano inclui tudo que um governo é obrigado a executar e pretende executar. A gente tem que ter muita atenção daqui em diante, cobrando, inclusive, Vereador, regulamentação de leis aprovadas – alguns fundos, por exemplo. Se não me engano, o próprio Fundo de Cultura ainda não foi regulamentado. Então, essa atenção, nós aqui do Legislativo temos o dever de ter para que as coisas se materializem em todos os diplomas legais vigentes.

Só mais uma coisa: eu queria registrar um protesto. A plateia protesta e, às vezes, a Mesa também. Acho que podemos até chamar alguém de ladrão, e aí depois se discute, mas de estreme, não. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu deixaria o relator por último, mas o nosso Líder do Governo pediu para ficar por último. Então, passo a palavra ao relator.

O SR. RICARDO NUNES – Agradeço a presença do Daniel, Secretário Adjunto da Secretaria da Educação. Daniel, há algumas questões em que tenho alguma dúvida, para que possamos preparar o relatório da LDO. No item Nossa Creche, fala-se e construir os 10 Centros de Educação Infantil e (ininteligível) o número de matrículas em creches. Como isso é para 2018 e temos 96 mil vagas de creches para serem atendidas, que é a proposta do Governo, isso significa que atenderíamos 66 mil neste ano e ficaram 30 mil para o ano que vem? Ou precisamos corrigir essa questão do item que fala do Nossa Creche? Este é um

ponto.

Com relação à fala de várias pessoas, o que poderíamos tentar construir junto para o relatório da LDO com relação à chamamento de supervisores? Essa é uma questão em que você poderia me ajudar para podermos colocar na LDO, prevendo isso no Orçamento, que julgo ser importante.

O Plano de Metas foi bem enfatizado pelo Donato, pela Soninha e por várias outras pessoas. Meu entendimento, Donato, é que, feita a LDO, como é o primeiro ano de governo de uma nova gestão, a gente vai deixar garantido. O ideal seria concluir o Plano de Metas antes do dia 30 de junho, que é quando a gente deve votar a LDO. Mas a gente pode deixar amarrado que, vindo a LDO – já está previsto isso -, a peça orçamentária de 2018, além de contemplar as questões que a gente discute na LDO, tem que “linkar” com as necessidades dos Planos de Metas, que acho fundamental.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Fora o PPA, né. Aí, vai para os outros anos, e por aí vai. Outro item que eu não consegui entender direito porque não consegui “linkar”, Daniel, com relação a 2018, é a construção de 10 creches. Isso está um pouco falho. Se você puder depois me subsidiar para gente poder entender, quais são as regiões e o que a Secretaria pretende com isso. Deve ser as diretas, possivelmente.

E talvez pudéssemos colocar alguma coisa aqui, avançar um pouquinho, que não tem - como o Fábio colocou - a questão de melhorar a qualidade da merenda. A gente que milita na periferia, ver o quanto é importante às creches fornecerem cinco refeições por dia, bem como nas EMElS e EMElFs, acho que seria de suma importância, - viu Daniel – é um fato também estou linkado à qualidade da educação, é a alimentação, infelizmente, essa é a realidade. É importante tentar construir junto, dentro da LDO algo muito focado com alimentação e uniforme, Mais a alimentação em si, acho que precisamos fortalecer aqui, não tem nada falando com relação a essa questão.

Conveniamento. Temos hoje o custo da creche conveniada em cinco mil reais por ano, e da diretas é 15 mil, então, evidentemente, é uma necessidade até para retirar as crianças da fila de creches colocar para creches. Acho que podemos tentar trabalhar melhorar a questão da formação para os professores da rede direta e da conveniada, acho que seria algo fundamental para poder fechar o ciclo. São tantas e tantas necessidades.

Outro item que me preocupa bastante, é que podemos tentar construir, estou falando em tentar construir, porque já fui relator outras vezes, a gente sofre uma decepção. Na gestão passada fizemos um trabalho enorme, construímos uma série de coisas, aí foi tudo vetado. Tentar dessa vez. Construir mais próximo, porque muitas vezes você gera uma expectativa nas pessoas de conseguir a Casa, aprovar, aí vai lá e veta. Se você ver a lista de vetos da gestão passada para a LDO, dá vontade de chorar.

Então acho que tentar construir para poder garantir a construção do relatório, e não ser vetado, porque acaba nos causando uma decepção enorme. Tudo que fizemos, tudo que construímos, na área da Cultura, o nobre Vereador Jair Tatto, na rubrica da Cultura nas prefeituras regionais o ano inteiro foi executado sete mil reais. É mais para compartilhar aqui uma decepção do que a gente tenta construir aqui como Legislativo, e acaba sendo vetado pelo Executivo.

E também outra questão que não podemos deixar de construir aqui na LDO, da pessoa com deficiência, como muito bem falou aqui a Liliane. Eu conheço muito bem, por exemplo, A Caminhando, o Jair conhece na zona Sul, que é conveniado com a educação, e que pessoas com deficiência faz ali atividades, superimportante, acho que não podemos deixar de fora educação dentro desse contexto também da questão desses conveniamento que é superimportante.

Enfim, acho que você vai respondendo as perguntas das pessoas que aqui se apresentaram, mas gostaria de pontuar com vocês, talvez tentar construir um texto conjunto com a secretaria, poder fazer algo para avançar na Educação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Vereadores, público que nos assistem. Temos visto que as dificuldades que o Governo Doria tem com relação ao orçamento, é uma coisa tremenda. Acredito que a nobre Vereadora Soninha que esteve no Governo durante um período sabe da dificuldade que foi enfrentar, principalmente com relação ao orçamento votado nesse ano.

Cito, por exemplo, até com relação a Secretaria de Educação, à necessidade que foi logo no começo do Governo a transferência de recursos para pagamentos de professores. Chegou a quase 400 milhões ou alguma coisa nessa ordem. O que nos trás uma preocupação muito grande é que a previsão do deficit orçamentário do deficit orçamentário é na faixa de 7.5 bilhões; O que nos deixa extremamente preocupados. Aquela questão que era inflada com relação a recursos federais que já chegou a quase nove bilhões naquele grande sonho que se imaginava que a Presidente Dilma deveria destinar nove milhões foi baixando, com o passar do tempo e chegando aí até a seis bilhões e o que nos preocupa é que dentro da crise atual que temos enfrentado, estamos unificando que cada vez mais as dificuldades de recursos federais não chegaram a Cidade de São Paulo. Nós recebemos pela media, nem 10% da previsão. Acho que o Vereadores Ricardo Nunes, Jair Tatto, são dessa comissão, desde o começo da Legislatura anterior, sabe que isso ocorreu. E a previsão que tem, principalmente com relação a construção de creches, de Ceus, estava toda sedimentada em recursos federais. A previsão era de receber dois bilhões de reais, era um numero astronômico que não aconteceu.

Acredito, que pela primeira vez que está se buscando, é que você está deixando de lado essa questão de prioridade, não está incluindo primeiramente a questão dos recursos federais dentro das metas que estão sendo colocadas. Isso é um fator extremamente importante. E aí, eu gostaria de indagar, primeiro, se vocês pudessem falar alguma coisa desse impacto, desse deficit que tem o orçamento, e o que deverá causar com relação a esse ano e

aos próximos anos. Acredito que até nós fazermos a readequação, estamos vivendo momento de crise e está havendo redução de investimentos. Estamos tendo falta de arrecadação, principalmente a nível Federal, Estadual. Estávamos imaginando que íamos ter um recurso um pouco maior do ICMS mas houve uma queda da arrecadação. Nesse sentido, Gostaria, primeiro; pudesse esclarecer um pouco melhor essa questão das creches que estão previstas para 2018, e também com relação a essa questão da meta de 50 a 60 mil vagas previstas até o término da gestão do Sr. Prefeito João Doria. Como também fui autor, não só eu, mas vários vereadores que aderiram ao projeto essa questão do atendimento pedagógico para crianças que estão em tratamento médico prolongado. É um projeto que nós aportamos nesses últimos quatro anos, recursos para isso, que infelizmente não foram realizados, por uma serie de burocracia. Mas acredito ser de fundamental nós trabalharmos nessa questão, mesmo porque, até semana que vem, aproveito para convidar o pessoal da secretaria, os Srs. Vereadores, aqueles que gostaria de debater esse assunto, na Escola Paulista de Medicina, vamos estar realizando um seminário pertinente a essa questão que é de fundamental importância para não ter o processo de continuidade daqueles alunos que são obrigados a passar por um processo médico prolongado. Era o que eu queria falar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Aurélio Nomura. As considerações, as respostas...

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, permita-me só um adendo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim. Pela ordem.

O SR. RICARDO NUNES – Duas questões importantes. O Luiz Carlos, do Sinesp, colocou a questão de um trabalho que eles fazem, do retrato da rede. Tive oportunidade de estudar um pouquinho sobre esse assunto e fala-se muito sobre a questão da segurança. O que me assustou foi que para 90% das pessoas entrevistadas na rede a principal preocupação é a segurança. A gente não tem nenhuma ação, já há tempos, para tentar trabalhar essa questão da segurança nas escolas. Hoje a droga e a violência tem tomado conta. Isso é algo

em que podemos avançar, Daniel. Esse material do Sinesp, do retrato da rede, é muito importante. Vou tomar a liberdade de pedir a eles lá e te mandar. Não podemos deixar isso passar em branco, precisamos construir uma política em relação a isso.

Por último,...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Não, o que estou falando é que o Sinesp tem um trabalho escrito que se chama Retrato da Rede. Então, quando você tem 90% dos entrevistados falando que a preocupação é a segurança, não dá para você pegar esse assunto e fingir que ele não existe.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Outra questão abordada também por alguns participantes, o João Cleber em especial, é ao programa Inter setorial. A Soninha foi Secretária da Assistência Social. A gente tem, por exemplo, os CCAs, que pegam crianças que estão de manhã na escola, mas não existe uma interlocução, e isso não é caro. É importante a gente fazer esse link. Daniel, eu estive outro dia conversando com uma Supervisora de Assistência Social, e ela não conhece a Diretora da escola da região dela, não conhece o Diretor de Ensino. Eu conversava com o Diretor de Ensino, ele não sabe que há CCA e o que quer dizer essa sigla. Não custa interligar esse processo. Isso é algo que precisamos colocar a você, para que você faça um comentário em relação a isso; não é, Soninha? Isso é muito importante dentro da LDO. Trabalhar essa questão é fundamental. Obrigado.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Gostaria de acrescentar um comentário. Há crianças que têm direito ao almoço na escola e ao almoço no CCA. Aí, elas escolhem, conhecendo a refeição de ambos, onde elas preferem. Às vezes, a refeição do CCA é melhor. A gente tem uma duplicidade de recursos aí ao mesmo tempo em que os serviços para idosos não preveem refeição. Então, com um pouco mais de inteligência nós atenderíamos melhor a população.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Tem a palavra o nosso querido Secretário Adjunto, Daniel.

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – Eu queria agradecer a todos os que fizeram suas falas, suas contribuições. Vou fazer um esforço grande para responder o máximo possível, talvez tudo o que tenha sido colocado, porque são muitos itens diversos, e todos muito importantes, que iremos para a Secretaria para nossa reflexão.

Um primeiro ponto que foi reiterado algumas vezes diz respeito ao Plano Municipal de Educação. Trata-se de colocar de fato nosso comprometimento com o Plano Municipal de Educação, que é uma lei que foi amplamente discutida e aprovada nesta Casa. A Secretaria se orienta, sim, a partir do Plano Municipal de Educação. Ocorre que no Programa de Metas a gente tem uma limitação até em termos do que cabe dentro do programa. Inclusive dentro da definição da estratégia do programa que foi adotada – que eu acho inclusive correta -, de você ter um número menor de metas para a Cidade, é evidente que não dá para encaixar tudo lá dentro. O Plano Municipal de Educação é muito amplo, envolve uma série de questões.

Nosso entendimento é que as metas que estão colocadas no Programa de Metas convergem e se alinham, sim, conversam com o que está previsto no Plano Municipal de Educação. Agora, é evidente que a gente vai fazer um trabalho e tornar isso mais transparente em relação às ações que estão previstas para executar o que está previsto no Plano Municipal de Educação ao longo dos quatro anos; e a gente entende que o instrumento essencial para fazer isso será o Plano Plurianual, que será elaborado neste ano, e a LOA, a partir de 2018 e nos anos seguintes em que essas ações vão estar previstas.

Não há nenhuma desconexão na visão da Educação em relação ao que está previsto para 2025 no Plano Municipal de Educação e às ações que estão iniciadas e algumas delas priorizadas no Programa de Metas. Estamos entendendo que há, sim, uma convergência. Estamos trabalhando no sentido da plena implementação do Plano Municipal de Educação. É evidente que muito do que está previsto lá exige um trabalho que é de longo prazo, que não vai

ser resolvido em alguns meses; mas, de fato, isso está no nosso horizonte, está no nosso planejamento, e acho que o Plano Plurianual será uma oportunidade muito grande de trazermos essas questões do Plano Municipal de Educação dentro da previsão das ações dos programas que estarão previstos no PPA.

Em relação à Conferência Nacional de Educação – Conae, foi perguntado em relação à realização. Já foram realizadas todas as Conae's regionais. Houve, sim, uma questão operacional. Pedimos desculpas por isso em relação aos intérpretes, que não havia disponíveis em todas as reuniões, foi um problema realmente de operação; mas isso será solucionado na Conferência Municipal que acontecerá agora, 26, 27 e 28 de maio. O evento já está com data fechada, vai acontecer, e é uma discussão muito ampla dos educadores em relação às políticas de educação. Estamos mantendo esse calendário, que já vinha sendo previsto para realização – tanto as Conae's regionais, que já aconteceram dentro do Município, como a etapa municipal da Conae.

Em relação ainda ao Plano Municipal de Educação, duas questões foram colocadas. Uma, em relação aos planos regionais e a regionalização das metas. De fato, vamos trabalhar na elaboração dos planos regionais. Entendemos que, neste momento de início de gestão, de elaboração de Programa de Metas, era preciso dar uma ênfase maior a esse desenvolvimento e à própria realização das Conae's regionais para que, na sequência, a gente pudesse trabalhar na questão dos planos regionais. E, do ponto de vista do Programa de Metas, o trabalho de regionalização está sendo desenvolvido neste momento, provavelmente não de todas as metas, mas de muitas metas importantes. Isso é algo inédito do ponto de vista de algumas das metas que estão sendo propostas para a educação por prefeitura regional, para que se tenha clareza das metas que estão sendo colocadas. Vai ser inclusive um avanço em relação aos programas de metas que foram anteriormente elaborados.

Em relação ao Nossa Creche, às políticas na educação infantil, esta gestão teve uma herança. Tínhamos, em 31 de dezembro de 2016, cerca de 65,5 mil crianças que estavam

na fila da creche. Esse foi um compromisso assumido pelo Prefeito de que até março de 2018 essas crianças estariam atendidas na rede municipal. Isso está mantido, faz parte do planejamento que está colocado para esta gestão no Plano de Expansão de Vagas. Quando se fala do valor de 30 mil, está-se falando especificamente do que encaixa no ano de 2018. Então, a gente tem até março de 2018 uma parte dessas vagas que estavam previstas nesses 65 mil; e o restante do ano, onde também existe uma previsão de vagas. Tudo isso vai ser detalhado. O Programa de Metas prevê esse detalhamento ano a ano das metas, então vai ficar claro, mas não tem nenhuma dissonância em relação a esse compromisso colocado para março de 18 de atender essa fila que estava colocada em 31 de dezembro de 2016. Então é o mesmo plano, acho que ao abrimos isso no Programa de Metas – as metas anuais – isso vai ficar mais claro. Por isso esse valor de 30 mil.

Esse valor também não vai, de fato, ele não se refere à questão da construção de dez Centros de Educação Infantil. São duas coisas diferentes, porque hoje a expansão é, em grande parte, feita com as organizações parceiras, com seus próprios prédios ou com prédios em que você tenha a locação do imóvel, por que? Porque essa estratégia – estratégia inclusive dominante que foi utilizada nos últimos quatro anos para que consigamos atender com a rapidez necessária a demanda da Cidade.

A expansão da rede direta seria mais lenta, mais custosa, e teríamos muita dificuldade de atender o volume de demanda que temos hoje, essas 65 mil crianças que ainda estão na fila, e aí temos, realmente, a estratégia, a ideia é manter essa linha em que possamos privilegiar a expansão por meio de organizações parceiras, mas, é claro que buscando sempre o máximo possível de garantia de qualidade nesse atendimento. E temos um instrumento que vai nos ajudar muito nisso que é o novo marco das organizações da sociedade civil, que vai nos permitir implementar praticamente um órgão regulador dessas parcerias, pode ser uma comissão de monitoramento e avaliação, que vai avaliar os planos de trabalho, teremos uma avaliação do trabalho dessas organizações.

Em relação aos supervisores, do ponto de vista da Educação, é claro que é nosso interesse, sim, termos um módulo maior, ter mais supervisores na rede, mas isso sempre depende de uma conversa dos nossos amigos da Fazenda, da gestão, porque os recursos são escassos e, neste ano, particularmente escassos.

Então essas ações acho que são prioritárias para nós, no sentido de conseguirmos expandir a rede e expandir com qualidade. Não adianta expandir se isso representa uma queda na qualidade.

Temos, em relação às obras de creche, nesse ano, estamos retomando 22 obras que tinham sido paralisadas por questões de falta de recursos ao longo do fim do ano passado. Então precisamos, com a Secretaria de Obras, alinhar exatamente os prazos, mas muitas dessas podem se concluir ainda esse ano. E, somadas a essas, ainda teríamos essa entrega que está prevista no anexo de metas físicas de outras dez creches, prédios próprios, que vão ser colocadas no ano que vem. E aí vai se definir se vai rede direta, rede indireta, como isso vai ser atendido.

Em relação às questões de pessoal, acho que muitos colocaram...

O SR. RICARDO NUNES – Daniel, só, antes desse próximo item, para podermos fechar esse. Então o número que temos é diferente do que você está apresentando: 96 mil crianças na fila de creche, você tem 65, é isso?

O SR. DANIEL DE BONIS – Não, veja, são dois números diferentes mesmo. A fila, de 31 de dezembro, é 65 mil crianças; aí você tem uma meta para os 4 anos que vai além dessa fila, porque a fila é dinâmica, tá certo? Você tem, ao longo do ano, outros pais, outras mães, que vão procurar vagas no Ensino Fundamental. Então, por isso, nós optamos, inclusive, em convergência com o Plano Municipal de Educação a trabalhar com o indicador da taxa de cobertura.

O Plano Municipal prevê o que? Que, até 2025, possamos chegar a 75% da taxa de cobertura, ou seja, das crianças de zero a 3 anos, na cidade de São Paulo, 75% estaria

atendida na Educação Infantil. Isso para 2025. Para 2020, estamos querendo chegar em 60% que seria um avanço muito grande para alcançar essa meta. Esses 60% vão representar um valor aí que pode chegar em, talvez, em 90 mil, estamos estimando nesse valor.

O SR. RICARDO NUNES – Vocês estão propondo 30 mil vagas para 2018 e vocês vão matricular 35 mil crianças esse ano, é isso? Nós temos Vereadores que fiscalizam vocês, no Executivo.

Então, o que o senhor está dizendo é o seguinte: Vocês vão inscrever 30 mil crianças este ano, e 30 mil ano que vem? É isso?

O SR. DANIEL DE BONIS – Na verdade, eu acho que este ano a meta será até maior do que 30 mil. Estamos fechando isso justamente no Programa de Metas. Como o compromisso foi até março de 2018 termos 65 mil, provavelmente teremos que inscrever mais de 30 mil este ano. Então estamos trabalhando esse número, que será finalizado no Plano de Metas.

Em relação às questões de pessoal, há uma preocupação em relação aos concursos, às autorizações de nomeação. Isso foi, de fato, uma prioridade da nossa gestão, assim que o Secretário Schneider assumiu o cargo em janeiro.

Uma das primeiras preocupações foi conseguir autorização para a nomeação desses professores, para cobrir essas situações que estavam ocorrendo nas escolas, para não faltar professor nas escolas. Esse foi um compromisso do Prefeito, que se sensibilizou, tanto que já foi publicado no *Diário Oficial do Município* no começo de fevereiro de autorização de nomeação de 1.287 professores de Educação Infantil e Fundamental I; a nomeação de 959 ex-professores de Educação Infantil também nesta data; e já entramos com o pedido de nomeação de professores do Fundamental II e Ensino Médio, que está em tramitação na Secretaria de Gestão e de Fazenda.

Então, essa foi uma preocupação, desde o início da gestão, e continuará sendo, de forma que esses módulos estejam prontos para atender as escolas e para que as crianças não

fiquem sem professor.

Em relação a ações de formação, temos um orçamento de R\$ 10 milhões voltados para a formação do professor, até maior do que foi previsto no ano passado. A nossa ideia é que a formação esteja direcionada a atender as questões de currículo, em relação às metas de proficiência, de alfabetização, e o recurso será direcionado para que essas metas sejam aplicadas.

Em relação às EMEIs, quanto ao questionamento de vagas na educação infantil, para crianças de quatro e cinco anos, acho que é importante registrar que a pré-escola é uma etapa obrigatória na educação básica, até por determinação constitucional. Então, as crianças de quatro e cinco anos têm de estar matriculadas.

Evidentemente é preciso haver um planejamento para isso, nos últimos anos foi feito um esforço, mas o fato é que, ao assumir a gestão, havia 10 mil crianças de quatro em cinco anos procurando por vaga nas EMEIs, em fevereiro deste ano. Hoje, restaram apenas 700 dessas crianças na fila, então houve um grande esforço de organização escolar, para matricular essas crianças. O nosso objetivo é zerar a fila, como determina a lei, sem criança esperando por vaga em EMEI, já que é uma etapa obrigatória.

São 550 EMEIs. Em 33 delas, houve alguma adequação de espaço para permitir abertura de sala de aula. Isso foi feito com todo o cuidado para que não houvesse um prejuízo maior no projeto pedagógico. Para se ter uma ideia, nessas 33 escolas, apenas três brinquedotecas acabaram sendo adaptadas para sala de aula. Então, não se acabou com as brinquedotecas. Estamos falando especificamente de três escolas onde houve essa adaptação.

A própria filosofia da atuação da Educação Infantil e os documentos da área pedagógica da Secretaria elaborados ao longo dos últimos anos mostram que esses recursos pedagógicos têm de ser levados para dentro da sala de aula, ou seja, o conceito da educação infantil é que o brinquedo esteja na sala de aula, que o livro esteja na sala de aula. É claro que isso não quer dizer que não possa haver outro ambiente, mas a filosofia da Educação Infantil

defende a linha de que a sala de aula não seja escolarizada, mas seja uma sala de brincar, de atividades.

O SR. RICARDO NUNES – Então, só para eu não me atrapalhar. A gente falou de creche, agora falou de EMEI.

Quando assumiram o governo, havia 10 mil crianças fora de EMEI, e agora são 700 fora.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Dez mil vagas fora de EMEI?

O SR. DANIEL DE BONIS – Dez mil crianças.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Confere esse número?

O SR. DANIEL DE BONIS – É o número de fevereiro.

P – É EMEF que está praticamente resolvido?

R – EMEF está universalizado hoje.

P – EMEI, 10 mil vagas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – A parte de EMEI não carece de nenhuma ação na LDO. Está superado?

O SR. DANIEL DE BONIS – Não é isso, é o seguinte: A LDO está destacando algumas ações que estarão previstas no Programa de Metas. Mas isso não quer dizer que na LOA e no PPA não haverá ações específicas em relação a EMEI. Temos que fazer um detalhamento muito grande, que é um planejamento que está em curso agora. Então, vamos entrar sim na discussão de EMEI, na discussão da LOA e do PPA.

P – Só para concluir esse assunto das EMEIs, hoje ainda 700 crianças permanecem fora das EMEIs.

R – Isso, isso. É um esforço que ainda continua sendo realizado. A questão que a Claudete levantou, o conveniamento que foi feito nos anos anteriores, isso é verdade, havia vagas atendidas em convênios, mas isso também foi muito reduzido e não tenho como te dizer

um número agora.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DANIEL DE BONIS – O que posso te dizer que a nossa política não é ampliar convênios nessa faixa etária. A ideia é que se consiga acomodar a totalidade dessas crianças nas EMELs, inclusive o Município, com essa ação, correu o risco até de perder recursos do Fundeb.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DANIEL DE BONIS – Eu te garanto que na discussão que houver da lei orçamentária de 2018, e no PPA, entraremos em todos esses temas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Precisamos concluir esse tema.

O SR. DANIEL DE BONIS – Então vou acelerar, porque eu estava tentando responder uma série de questionamentos.

Em relação ao currículo, a preocupação com a Lei 10.639, de fato, isso está entrando nas discussões do currículo, está dentro do planejamento da Secretaria. O currículo da Educação Infantil, como já foi desenvolvido o currículo integrador da educação infantil paulistana na gestão passada, que é um documento que estamos acolhendo, pois foi construído com a rede, foi resolvido que a discussão da adaptação à base nacional em relação à Educação Infantil aconteça a partir de 2018, de forma que haja tempo de avaliar o currículo integrador que foi desenvolvido e, a partir daí, fazer adaptações que sejam necessárias e adequadas.

De fato, o trabalho do currículo começou pelo Ensino Fundamental, mas isso não quer dizer que ele esteja deixando de lado a Educação Infantil.

Também temos dado uma importância muito grande à questão da inclusão. Houve uma determinação explícita da Secretaria que, ao pensar em tecnologia, pensamos em tecnologia adaptativa, em tecnologia inclusiva, e que consigamos aproveitar esse projeto para ampliar o acesso dos alunos com deficiência à tecnologia.

Em relação aos CEUs, perguntou-se da questão de universidade nos CEUs. Quero garantir que isso continuará e, muito em breve, anunciaremos uma expansão das vagas que serão abertas para cursos universitários, na linha do que tem sido feito no programa UniCEU, inclusive em novos CEUs que ainda não receberam esse programa.

Sobre a questão do hip hop, mesmo com todas as dificuldades financeiras, conseguimos viabilizar recurso já no início do ano para que acontecesse. Mesmo com uma restrição orçamentária grande, temos como parte do processo educacional a valorização da cultura. Temos conversado com a Cultura e com o Esporte, para trabalharmos juntos na integração dessas ações, inclusive na educação integral, que também é uma das prioridades da gestão.

Essa questão da educação integral acabou não entrando no Programa de Metas, porque ainda estávamos fazendo um desenho de como seria essa política, mas estará prevista no PPA, e divulgaremos nas nossas metas o Plano de Educação Integral. A nossa avaliação que o São Paulo Integral foi um programa bem desenhado, e queremos trabalhar em cima dele; a partir daí, pensaremos qual será a melhor forma de expandir o programa. Estamos comprometidos com isso e anunciaremos a meta de educação integral. Espero que isso seja em breve, assim que esse plano estiver montado.

Em função do tempo, peço que as pessoas que, eventualmente, não tenham sido contempladas nas respostas, que me procurem no final da audiência e esclareceremos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Daniel, pela presença e pela paciência. Próximo tema seria Assistência Social, mas o Secretário não veio nem mandou representante. Quero registrar que é uma profunda falta de respeito com esta Comissão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Eu diria que ela não se sentiria à vontade. Nós teremos então a última audiência geral.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Posso responder por tudo que eu seja responsável.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu proponho ao Relator que tratemos do tema, como podemos tratar dos assuntos que ficaram pendentes de Educação na última audiência geral, que será na próxima quarta-feira.

Vamos deixar aqui registrado a ausência do Secretário e de representantes da Secretaria. E trataremos do tema.

Vou suspender a audiência para fazer a abertura da reunião ordinária.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu agora retomo a audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, o PL 239/2017, para tratar do tema Cultura.

Temos a presença, já agradeço toda a paciência, e está conosco a Sra. Josephine Bourgois, Secretária Adjunta e Giovanna de Moura Rocha, também acompanha? (Pausa) Não está. Vereador Aurélio Nomura. Secretário Adjunto de Educação esteve conosco durante toda a audiência, obrigado pela paciência.

Passo a palavra imediatamente, para suas considerações iniciais, e considero abertas as inscrições, por favor, assessoria.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Os colegas pedem um intervalo de dois minutos para tomar uma água. Suspendo os trabalhos por dois minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Reaberta a audiência pública, peço aos Srs. Vereadores que se atenham à audiência. Por favor, Vereadores Atílio Francisco, Aurélio Nomura e Rodrigo Goulart.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Passo a palavra à Sra. Josephine Bourgois.

A SRA. JOSEPHINE BOURGOIS – Bom dia a todos. Quero agradecer o convite dessa comissão na figura do seu Presidente Jair Tatto, cumprimentar os integrantes da Mesa e saudar os demais, que estão presentes desde as 9h30, ansiosos, imagino, para fazer as suas colocações.

Portanto, as minhas considerações iniciais serão bem breves para logo abrir para a quantidade de inscitos que já temos e que já é bem grande.

O Daniel já adiantou alguns assuntos. Desde o início desse governo atua-se a definir esse Plano de Metas e foram publicadas, no Plano Geral, duas metas relativas à Cultura, uma de aumento do público frequentador dos equipamentos culturais, e uma específica que diz respeito às questões das bibliotecas e da política de incentivo ao livro e leitura, e as bibliotecas na Cidade.

Como o Daniel, Secretário Adjunto também falou: isso não representa o conjunto das ações que a Secretaria de Cultura visa implementar, tanto é que agora mesmo está começando a elaboração da Peça Orçamentária, da LOA, que vai orientar as nossas ações do ponto de vista orçamentário para o próximo ano, e o planejamento está iniciando e será submetido a esta Casa e amplamente debatido.

Estou dizendo isso também para lembrar que isso é o início ou um pedaço de uma conversa muito maior que vai se dar em outras audiências, onde outras ferramentas orçamentárias serão discutidas como a LOA ou PPA e que, portanto, duvido que nos 50 minutos que temos vamos esgotar um tema tão importante como esse que temos hoje na pauta.

Então acho que nossa gestão tem esse foco, esse compromisso de trazer a população, trazer a Cultura para a população onde ela esteja, é o foco de descentralização nas suas ações, e de dinamização de seus equipamentos culturais. A Cultura tem 174 equipamentos culturais na Cidade, 54 bibliotecas, 16 Casas de Cultura ativas, 10 teatros, centros culturais, e nosso foco é que esses equipamentos tenham a vida cultural que eles

merecem para atender as populações que se encontram nesses bairros e fazer uma oferta de uma cultura diversa, plural, e que sejam promovidas, então, ações e políticas públicas que vão nesse sentido de incentivo à Cultura na sua diversidade de linguagens e de origens e, especialmente, a circulação desta mesma Cultura pela Cidade.

Desde o início desse governo temos ido, toda quinta-feira aos bairros da Cidade visitar os equipamentos, visitar as bibliotecas, e ouvir o que as populações residentes têm a dizer. Tem sido absolutamente frutífero, produtivo e disso já nasceram várias ações que colocamos em curso.

É óbvio que vale lembrar que nós enfrentamos, quando chegamos, uma situação muito complicada em termos orçamentários. Pelo contexto fiscal em que a municipalidade se encontrava e por um corte adicional, um congelamento adicional, devido à requalificação como projeto de várias atividades que eram corriqueiras e tradicionais da Cultura. Nisso se congelou uma massa de dinheiro muito importante que, realmente, não nos agradou, nem a muitos que estão aqui. Temos lutado desde o início da gestão para o descongelamento desse recurso e temos conseguido algum sucesso, algumas vitórias – que nos orgulhamos -, mas é óbvio que continuaremos lutando para isso.

Então nesse foco é este: na democratização do acesso à Cultura, na descentralização das ações das políticas de Cultura, no foco da circulação das linguagens na sua maior prioridade e diversidade, e dos programas que reforçam essa política.

Acho que vou deixar aberto, agora, para as perguntas, e daí fazer as considerações para o final, assim ouvir o que a população tem a dizer. Acho que a audiência pública tem esse fim que é de ouvir e é, com certeza – só ressaltando – isso foi o processo durante o Plano de Metas, discutido em audiências temáticas. Recebemos, como foi falado aqui, das 20 mil sugestões, sei lá, 80% era para a Cultura. Então estamos, nesse momento, tratando, uma a uma, de classificar, responder e, portanto, temos duas tarefas em relação a isso que é essa questão da resposta para a sociedade, das questões colocadas, e da regionalização das metas

que é outra coisa que foi exposta aqui e que está em estudo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Primeiro inscrito é o Sr. Fábio Siqueira, depois o Sr. Jesus dos Santos. Peço que compreendam 3 minutos.

A SRA. JOSEPHINE BOURGOIS – Só dizendo que estaremos aqui até a 1h, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A Sra. Josephine nos solicita que até as 13h consigamos encerrar, considerando que está desde às 9h30, e faremos uma correção na próxima reunião, elencando os temas e já convidando para o horário correto.

Com a palavra, Fábio e, depois, Jesus.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – O brigado, Vereador Jair. Também saúdo os demais Vereadores eu chegam, Vereador Rodrigo, Vereador Reginaldo, Vereador Atílio. Também cumprimento a representante, Sra. Josephine Bourgois, lamentando a ausência do Secretário André Sturm. Vamos às questões, sem mais delongas.

A cidade de São Paulo tem a Lei 14.756, de 29 de maio de 2008, do já falecido e saudoso Vereador Rogério Farah, que cria o Museu do Rádio, Televisão e Novas Mídias na cidade de São Paulo. Portanto, há quase nove anos a Cidade espera esse museu. A Vereadora Soninha trabalhou em televisão, o Dr. Farah também trabalhou, outros também trabalharam. Então existe uma lei que não está sendo cumprida na cidade de São Paulo. Vereador Ricardo Nunes, relator, solicitamos, então, uma emenda orçamentária, uma rubrica de diretriz para criar esse Museu de Rádio, Televisão e Novas Mídias.

Em relação ao Plano de Metas. Não me parece razoável priorizar biblioteca e casa de cultura e não priorizar teatro e centro cultural. Quer dizer, os teatros municipais, têm teatros da década de 50 aqui na cidade de São Paulo e no Plano de Metas eles não aparecem. Centros culturais, Vergueiro, Jabaquara, históricos, desde 82, também não estão sendo priorizados. Então, já que é para citar todos os equipamentos, por que não citaram os centros culturais e teatros? Qual é a política para esses equipamentos.

Verbas 0.2, federal. O Vereador Nomura citou aqui na educação. Será utilizada esse verba federal, que no orçamento de 2017já tem bastante previsão para a área da cultura ou vai virar verba fantasma de novo, como sempre está acontecendo.

Bibliotecas infanto-juvenis. Fora destruídas pela gestão Serra-Carlos Augusto Kalil-Alísio Nunes. É necessário um retorno à política pública das bibliotecas infanto-juvenis. Tem tudo a ver isso com a educação e quem vai na Biblioteca Monteiro Lobato vê a importância desse tema para a cidade de São Paulo. Houve uma violência praticada contra por esses senhores na questão da biblioteca a partir de 2005.

Conferência de cultura. Haverá conferência nesse ano e no ano que vem?

Conselho Municipal de Cultura. A Cidade espera há 12 anos por esse conselho e esse conselho simplesmente não acontece, não tem previsão orçamentária, não é previsto na LDO. É absurdo como essa cidade não tem o seu conselho municipal de cultura.

Revista *Em Cartaz*. Queria saber por anda a revista da própria secretaria. A revista parou de circular? Não tenho visto essa revista na gestão Doria. Se o critério for tonar virtual é absurdo, porque a população também quer ver a cultura em papel. No Estado se fez isso e acho que foi uma economia ruim, porque a pessoa quer folhear, tem idosos que não tem acesso à internet, ficam prejudicados nessa questão da revista do órgão cultural.

Queria também lembrar da gestão passada, Haddad, a tragédia que foi na área de cultura. Talvez tenham um dos piores secretários, os dois, Nabil Bonduki, que felizmente não se reelegeu Vereador, Juca Ferreira, péssimo ministro e péssimo secretário. Realmente a gestão Haddad tem muito o que se explicar no desmonte da cultura na Cidade.

Clube de Choro da Mooca, Teatro Arthur Azevedo. Existe verba orçamentária. Eu olhei na imprensa e vi que está parado o Clube do Choro do nosso querido Bairro da Mooca, e tem verba, tem dotação, Sra. Secretária-Adjunta, de 500 mil reais. Se tem dotação, o Clube do Choro tem que estar tocando a sua música tão histórica na cidade de São Paulo.

Também, para encerrar, Arquivo Municipal Washington Luiz. Está fechado aos

sábados. Continuará fechado aos sábados? Está havendo prejuízo aos pesquisados internacionais que vem pesquisar no rico acervo do arquivo público aqui do Bairro da Luz.

Por fim, queria clamar o Prêmio José Renato de Teatro. Doze milhões de reais. Houve reclamos da classe artística teatral que há ameaça desse prêmio não sair em 2017, ou seja, se colocou 12 milhões em um prêmio em homenagem a um grande brasileiro, José Renato, fundador do Teatro de Arena, ser desrespeitado. E também queria lembrar do PIA, do Fomento à Dança e do Fomento ao Teatro, que também não podem virar fantasma, que a gestão Sturm e Doria respeitem a cultura na cidade de São Paulo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O que é isso aqui? Dica de um profissional de TI, se o ataque de *hacker* é mundial, coloque seu computador no modo palmeiras.

Tem a palavra Sr. Jesus dos Santos.

O SR. JESUS DOS SANTOS – Mais uma vez, bom dia, boa tarde a todos e a todas que aqui estão presentes. Exceto os Vereadores Rodrigo Goouart e o Tripoli, que não estavam aqui nos últimos anos, os Vereadores Nomura, Atilio, Tatto, Ricardo já nos conhece do quanto a gente tem participado aqui desse espaço de diálogo e de construção. Vereador Nomura, apesar de às vezes você atravancar, querer barrar alguma coisa, a gente também entende que você é parceiro e estamos apresentando aqui uma série de emendas ao texto da LDO e que devem ser apreciadas e consideradas por cada um e cada uma de vocês.

Quero dizer, também, Vereador Nomura, que a crise política a qual você coloca na sua fala e alega que por conta disso a Prefeitura está sem grana, é uma falácia, porque os próprios dados da Prefeitura indicam uma arrecadação maior do que o ano passado, indica também que existe um gasto menor da Prefeitura em relação ao ano passado, então existe aí dinheiro sim, o suficiente para que a gente possa aí conduzir as políticas públicas culturais da melhor forma possível, porque são essas políticas que garantem aí a diminuição do índice de vulnerabilidade e risco social da cidade de São Paulo.

Então, diante disso que estou falando, existe uma comissão a qual a própria Secretaria Municipal de Cultura também participa, e assim como a Secretária-Adjunta só aparece para ouvir, nunca aparece para apresentar dados, nunca aparece para justificar as ações que não coadunam com o que a Cidade vem dialogando há muito tempo.

Quero deixar também enegrecido que a disputa que estamos fazendo aqui do orçamento da Cidade, leve para o Secretário de que não é barganha, *lobby* e sim o papel da sociedade civil cobrando os seus direitos, porque desde que ele entrou ele só desqualifica.

Começando, apresentamos ontem para o relator - muito obrigado por nos ter recebido, Vereador Ricardo Nunes – e agora falando com todos os outros e a Vereadora Soninha também estava presente – muito obrigado – Vereador Donato – muito obrigado – por estarem prestigiando esse diálogo com a sociedade.

Então é isso que nós entregamos ontem para o Relator e ele disse que vai passar tudo, porque está tudo suave e se o Doria chegar ele vai falar: “Não, Doria, a sociedade mandou, é isso”.

Vamos fazer a leitura do documento encaminhado: “Vimos por meio deste propor que as emendas indicadas abaixo sejam incorporadas ao PL 239/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias. Salientamos que os itens aqui propostos são frutos da comissão de estudos, recurso destinado à cultura que conta com ampla participação de diversos movimentos culturais e tem por objetivo garantir, entre outras coisas, que a LDO esteja em consonância com o Plano Municipal de Cultura, Decreto nº 57.484/2016, fruto das conferências realizadas em 2013, 2009 e 2004.

Proposta de emenda ao texto da LDO 2018. Inciso I, do artigo 5º,” já vou falar corrigindo o que a gente está propondo para a Comissão, “participação da sociedade por meio de consultas públicas das audiências públicas, do acompanhamento por parte dos conselhos participativos regionais e dos conselhos setoriais”. O que estamos vendo aí na verdade, o desmanche das políticas públicas com a Secretaria e o próprio Secretário, a própria Secretaria

diz que tem a intenção de revogar, por exemplos, os conselhos das Casas de Cultura. Um absurdo.

Inciso IV, do Art. 5º - “Eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos, em especial nas ações e serviços de saúde, de educação, de cultura, de transporte, moradia, assistência social valorizando as ações de educação ambiental”. Nesse artigo incluindo apenas a palavra “Cultura”.

Inciso XI, do Art. 5º - Esse, mudamos todo o texto, porque o que veio, foi muito fraco. Fica da seguinte forma: “Garantir execução de programas e fomentos voltados a Cultura que estejam previstos em lei, respeitando minimamente os valores aprovados no orçamento de exercício de 2017. Com especial atenção a descentralização dos recursos para os territórios periféricos”. Afinal todo mundo está sabendo que vai tirar recursos, que foi cortado pela metade, que inclusive a Secretaria podia dar uma justificativa bem dada para falar ai desse desmonte.

Inciso XIII, Art. 5º - “Priorização dos direitos sociais do idoso, da criança e do adolescente, da juventude, garantindo sua autonomia, integração e participação efetiva, na comunidade, defendendo sua dignidade bem estar e direito á vida.” Aqui a gente só incluiu a palavra juventude.

Inciso XVI, Art. 5º - “Promoção de políticas públicas em favor das melhorias sociais e aqui incluímos: “juventude negra, indígena, LGBT, imigrantes mulheres em condições de vulnerabilidade social, pessoas em situação de rua e pessoas com deficiência”. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra o Sr. Rap Pirata.

O SR. PIRATA – Apenas reforçando uma parada, a política, os indivíduos tem suas opiniões mais a política que se discute o orçamento da cidade, e acredito, o que fazemos ajuda a Secretaria de Cultura, tranquilamente, a gente fala aumentar tudo. Esse erro, existe um erro de dialogo, sociedade civil e Secretaria de Cultura, acho que é um erro. O que está se falando aqui, está melhor a situação da Secretaria de Cultura. e para quem é Secretário, então,

melhor ainda. Acho que ajuda bastante esse dialogo. Porque estamos a par do plano, que é a parte de leis, etc... e coloca cultura em todas as áreas. Acho que vai melhorar. Agora, precisa efetivar tudo isso daqui. O Art. 6º - “As metas e a prioridade da administração municipal para o exercício de 2018, só adequada especificamente no anexo de prioridades e metas. Observando o programa de metas da Cidade de São Paulo de 2017 a 2020. Elaborado nos termos do artigo” - essas para esse artigos, para gente, tem 232 mil pessoas presas por causa desses artigos, já no Município, o Executivo, ninguém vai preso.

Art. 69 da Lei Orgânica do Município e dos setoriais vigentes. Estamos falando dos planos. Eles precisam ser executados na Cidade de São Paulo. Porque não existem palavras bobas no andamento do País. Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos, decreto 57503/16. Plano Municipal de Cultura, decreto 57489/16. Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, decreto 57007/17. Plano Municipal do Livro, leitura, literatura, biblioteca. Lei 16339/15. Plano Municipal de Educação, 16271/15. Plano Municipal de Radicação do Trabalho Escravo, decreto 56110. Plano Municipal de Ações Articuladas para as pessoas com deficiência decreto 57.615/13. Plano Municipal de políticas para as populações em situação de rua, portaria inter secretarial, Smads, Direitos Humanos. SMS, Habitação, 0005/16. Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, em seu estabelecimento se faz-se a o âmbito da Lei Orçamentária, e o Plano Plurianual de 2018, a 2021, em consonância com o dispositivo do art.9º e 10º, do Art. 137 do referido diploma legal. Lembramos e reforçamos cultura, é uma palavra transversal. O problema do País, cultura machista, cultura homofóbica, cultura, etc... Infelizmente o pior orçamento é o de cultura. Cultura é saber. É trocar, pensar diferente. Aí todo mundo fala, o discurso que me incomoda é o discurso do século XXI, o problema do século XXI, esses avanços do século XXI, é uma nova roupinha do século XVI. Quando vamos sair do século XVI? É isso. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quero aqui considerar as emendas apresentadas pelo Jesus, já passo ao nobre relator.

Com a palavra a Sra. Mary Esteves, conselheira do Plano Municipal.

A SRA. MARY ESTEVES – Boa tarde. Passamos um pouco do horário. Vamos dar continuidade a leitura. Em relação ao que for relacionado a biblioteca viva, está constando no anexo, outros companheiros deram sequência na leitura.

Inclui o segundo parágrafo no Art.21- “Fica vedada a utilização de recursos na função cultura, para anulação a fim de possibilitar a abertura de crédito adicional suplementar a outra função, nos termos da autorização prevista no Caput desse artigo, incluindo novo artigo, após o artigo 37, ficando vedados os congelamentos de recursos para atividades culturais na periferia buscando sempre que possível a execução da totalidade dos recursos orçados na Lei Orçamentária anual, incluindo novo artigo após o Art. 17, onde a Lei Orçamentária anual deverá respeitar os percentuais mínimos legais de vinculação orçamentária, incluindo as previsões dos planos setoriais de políticas públicas. Parágrafo Único, em relação ao Plano Municipal de Cultura. do total do percentual vinculado ao menos 50% deverá ser destinado para ações na periferia. Art. 37. Verificar eventual saldo de dotações orçamentárias da Câmara Municipal de São Paulo e Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que não será utilizado deverão ser oferecidos tais recursos definindo especificamente sua destinação apenas para áreas sociais e culturais. Priorizando o atendimento de ações na periferia, com fonte para abertura de créditos adicionais pelo Poder Executivo.”

Antes de passar para o Neto, dar continuidade a leitura, primeiro quero registrar um descontentamento agora na Comissão, porque, enquanto a Secretária Adjunta, Josefina, estava fazendo uma fala, para nos, como sociedade civil, é muito importante escutar, eu presenciei conversas paralelas na Comissão. Acho que é um pouco prejudicial para fazermos esse debate e conseguir acolher a Secretaria que está aqui desde das 9;30 da manhã junto com toda a sociedade civil que também está aqui desde esse horário, também colocando a participação dos conselhos, que isso do Livro Leitura e Literatura e Bibliotecas depois de ter que introduzir diversos artigos na mídia tradicional para conseguir ter esse diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Neto Duarte; depois Aloisio Marino.

Quero mais uma vez registrar que está sendo considerado, será anexado ao projeto e vou pedir uma gentileza, pelo Regimento, as emendas elas acontecem a partir da primeira votação em plenário para a segunda. Então vou pedir à Comissão para que se atenham para nesse período oficializar novamente a entrega de emendas para o Relator. Não impede de estar anexado. Eles têm uma comissão, provavelmente o Vereador Donato, a Vereadora Soninha estão acompanhando isso; o Vereador é que apresenta emenda, está correto. Todos nós podemos estar juntos nessa luta, o Líder do Governo. Claro.

O SR. NETO DUARTE – Boa tarde a todos e todas. Continuando a leitura, eu vou para o item 2: “Propostas de emendas ao anexo 1, Metas e Prioridades. Cultura em parceria. Solicitamos a exclusão do item relativo às OSs e a inclusão dos seguintes itens: implementar a proposta de reorganização administrativa da Secretaria Municipal da Cultura, proposta no Plano Municipal de Cultura; aprovar, regulamentar e implementar o Conselho Municipal de Política Cultural; garantir que as regiões administrativas da Secretaria municipal de Cultura sejam formalmente instituídas em consonância com as representações regionais do Conselho Municipal de Política Cultural; transferir os cargos de supervisão de cultura para a Secretaria Municipal de Cultura; garantir a implementação de canais de participação social em pelo menos 50% dos equipamentos culturais; implantar canais de participação digital com informações e dados regionalizados e atualizados de forma permanente; criar e implementar metodologia e ferramenta de monitoramento; realizar fóruns de reflexão e pesquisas em parcerias com universidades, consultores, coletivos e outras instituições e agentes especializados na produção de dados e indicadores; regularizar as ocupações culturais existentes; implementar política de regulamentação e apoio à gestão comunitária de espaços culturais; isenção fiscal para 100% de espaços sociais independentes, conforme condições estabelecidas em lei”. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O último inscrito, Aloisio Marino, da Universidade Federal do ABC, pesquisador.

O SR. ALOISIO MARINO – Boa tarde, Secretária, Vereadora Soninha, demais Vereadores, é importante destacar que tudo que está sendo trazido aqui nas últimas falas está conectado a um processo de 14 anos de participação social, que começa com a Primeira Conferência Municipal de Cultura, ainda na gestão Marta. Tivemos uma segunda conferência na gestão Kassab, uma terceira conferência na gestão Haddad, e todo esse acúmulo de participação social está registrado no Plano Municipal de Cultura.

Fora isso, a gente vem participando de uma comissão de estudos, que é uma comissão que envolve diferentes movimentos que estão aliados, inclusive, com a Frente Única da Cultura, e que tem a participação de diversos Vereadores de vários partidos. Então a fala não é antipartidária, ela é pluripartidária e ela não é em defesa de determinados movimentos e sim em defesa de uma política pública para a Cidade, pensando uma outra política nesse cenário sombrio que a gente vive no nosso Brasil.

Eu vou falar, então, do parágrafo Cultura Sampa, onde tem alteração da redação para o seguinte item: “Realizar a requalificação estrutural de 20% das casas de cultura, que corresponde a quatro equipamentos, e de duas casas de *Hip Hop*. No parágrafo Biblioteca Viva, alteração da redação no seguinte item: que seria aumentar em 2,5% a quantidade de livros novos no acervo do sistema municipal de bibliotecas, levando em conta os princípios da biodiversidade de cada acervo.

E aí, a inclusão de mais itens que seriam: destinar recursos para, pelo menos, 30% das bibliotecas comunitárias, que já foram mapeadas pelo Plano Municipal do Livro, Leitura e Bibliotecas; incentivar a criação de bibliotecas comunitárias e outros equipamentos culturais comunitários, compreendendo essa rede, não só dos equipamentos públicos, mas sim dos espaços que já são tocados pela sociedade civil, nessa parceria; criação de conselho consultivo comunitário; integração das bibliotecas comunitárias ao Sistema Municipal de

Bibliotecas, possibilitando a integração dos seus acervos no banco de dados para consulta pública, bem como possibilitar as equipes, formação relacionadas à área, isso já é possível porque o sistema de bibliotecas da Prefeitura é o mesmo usado nas bibliotecas comunitárias, então, não existe dificuldade em fazer isso; garantir programas de incentivo à leitura e fruição literária para contemplar iniciativas existentes no território das bibliotecas de acesso público em diferentes espaços culturais; ampliação do quadro de funcionários especializados em biblioteconomia para suprir a demanda relacionada à ampliação do horário de atendimento das bibliotecas públicas pelo Programa Biblioteca Viva; assegurar que o acervo contenha livros dos escritores da comunidade e obras que retratem a literatura marginal periférica e a ancestralidade; promover a atualização permanente dos acervos de bibliotecas de acesso público; conferir transparência, agilizar os processos de aquisição de acervos e explicitar os critérios a eles relacionados na esfera das Secretarias Municipais para democratizá-los com base no diálogo com os setores envolvidos e na publicidade inequívoca de editais e resultados; reformar a estrutura do Sistema Municipal de Bibliotecas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado.

Aloísio Eli King, depois o Rudifran, Presidente da Cooperativa Paulista de Teatro.

O SR. ALOÍSIO ELI KING - Bom dia a todos. Serei breve. É preciso realizar a manutenção das casas de Hip Hop, deixar a administração com quem é do Hip Hop, de verdade. Incentivar as bibliotecas comunitárias, novos acervos, com livros de escritores da região, permitindo que suas obras retratem a sua realidade e ancestralidade, garantindo diferentes programas de espaços de cultura e manter a manutenção das casas de cultura.

O conhecimento do Hip Hop, pelo seu tamanho gigantesco, evento do povo, onde todos podem participar, um evento onde existe inclusão com os mais (Ininteligível) do Estado de São Paulo.

Quero saber também onde foi a nossa merreca, as duas milhas de investimento, porque está faltando o nosso dinheiro aí. Você, da área da cultura também, sabe muito bem

onde está.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado.

Rudifran, Presidente da Companhia Paulista de Teatro, depois Lázaro de Oliveira, das rádios comunitárias.

O SR. RUDIFRAN – Boa tarde. Eu queria fazer uma fala breve, na verdade, eu queria reforçar o que vem sendo dito aqui pelos artistas, mas eu queria também colocar uma questão que sempre me incomoda, todo ano.

Na minha cooperativa de artes cênicas eu represento quatro mil artistas de teatro, há muitos anos, a gente vem, disputa orçamento, faz aquela batalha toda, aquela luta toda, aí depois a gente tem que vir para que se execute o orçamento, lembrando que as cooperativas são suprapartidárias, ou seja, lá tem campo de todos os Vereadores desta Casa.

Quando você, na verdade, congela o recurso da cultura, está congelando, de certa maneira, recursos que deveriam chegar lá onde o Vereador atua. Mas o que incomoda um pouco disso é essa coisa, porque vocês são representantes da Cidade, foram eleitos democraticamente, têm uma alta representatividade.

A impressão que a gente tem é que o tempo inteiro a gente tem que se fazer representar, mas a gente já devia ser representado, porque a gente vota.

Eu queria fazer um apelo para que se compreenda que quando a economia vai mal, corta-se a cultura. Quando a economia vai bem, não se lembra da cultura. Isso é fato. Toda vez é isso. É como se fosse uma área que não é prioridade. Ela é prioridade.

Falou-se de segurança aqui antes, você quer ter menos problemas de segurança nos equipamentos, coloque mais cultura. Quanto mais cultura e educação você tiver, menos problemas com segurança você vai ter. Porque o medo quando se fala no tema de segurança é justamente de os caras botar polícia para cima do povo. É isso que às vezes se compreende como segurança.

Então eu queria só fazer um apelo, que quero que conste no relatório uma coisa

que eles já disseram, eu vou reforçar, porque acho que é importante. Há alguns programas de lei que devem ser executados sempre. São leis criadas nesta Casa.

Essas leis, como as leis de fomento ao teatro, o VAI, a dança, o teatro da periferia, o circo, o programa Zé Renato, as rádios comunitárias, que às vezes têm dificuldades em se fazer representar aqui. Eu queria que os senhores pensassem nisso. É importante que a gente esteja no planejamento de vocês, porque nós somos a Cidade. Estamos aqui o tempo todo, a gente nasce e morre na Cidade. O tempo todo tendo de lutar para ser lembrado como cultura.

Eu duvido que algum de vocês aqui diga que cultura não é importante, porque vocês não vão dizer, sabem que não é.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Para concluir.

O SR. RUDIFRAN – Vou concluir.

Eu queria dizer o seguinte: a gente tem recebido, Josephine, muitas questões com relação à interferência do Secretário da pasta nos programas, nas comissões que elegem os projetos. As comissões são constituídas como se fossem curadorias. A gente tem recebido muita reclamação na Cooperativa de que a pasta tem interferido na seleção dos projetos.

Eu queria que você respondesse isso com relação ao VAI que é o que está ascendendo para a gente neste momento. Eu queria saber se isso é real, se não é, o que tem de fato, porque as atas têm que ser públicas, as comissões formulam as atas e depois essas atas são públicas.

Eu queria que você me respondesse isso.

É um apelo aos senhores que reflitam sobre a questão da cultura, vejam o quanto ela é importante e simbólica nesta cidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Lázaro de Oliveira, rádios comunitárias. Depois o Pablo.

O SR. LÁZARO DE OLIVEIRA – Boa tarde. Na verdade, a minha fala é de 10

segundos. O fomento para as rádios comunitárias é muito novo na pasta, é o primeiro ano que existe na pasta da cultura. Eu queria, não sei se o Tatto ou o Ricardo, pudesse me orientar, não sei se é destaque, não sei se é rubrica, que constasse isso na LDO do ano que vem.

Sobre as rádios comunitárias, para que a gente pudesse... Tá bom.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado pela objetividade.

Pablo, depois Norberto Carvalho.

O SR. PABLO – Boa tarde a todos. Só para salientar aqui algumas falas que, poxa, não rola (Ininteligível).

Primeiramente, a Secretaria de Cultura não vai levar cultura para lugar nenhum, a cultura já existe nesta cidade desde sempre. Não é função da Secretaria levar, mas sim fomentar e dar estrutura nossa. Afinal, o dinheiro é nosso, não é? A gente só está para fazer bom uso dele.

Segundo, a cidade de São Paulo não tem 170 equipamentos, pode ser que tenha de equipamentos públicos, mas a quantidade de equipamentos autônomos que estão aí resistindo, inclusive, essas pressões territoriais, por conta desses interesses todos que a gente está discutindo aqui, seria muito mais do que 170. Eu diria que é quase imensurável esse número.

É importante pensar em outras formas de gestão e como que enfim a Secretaria pode financiar esses espaços que já existem, porque a gente entende que, neste momento, não dá para criar outro e, se criar dessa forma, vai estar tudo errado.

Eu tenho uma proposta aqui para os Vereadores que, não é possível, que os secretários, o gabinete, acho que tem de prestar uma prova, mesmo, para ver se leem os planos. Pelo nível da discussão aqui, por todo esse acúmulo que a gente já têm, essa discussão, como foi falado, já está há décadas, a gente chega aqui com uma visão míope, não dá.

A sociedade civil tem que vir aqui ensinar, pautar, trazer tudo. Não é esse o nosso papel. A gente não está ganhando para isso, pelo contrário. Eu não tinha nem grana para Bilhete Único hoje.

Então vamos rever quem está nesse lugar de privilégio.

A questão é que a requalificação que está sendo falada no Plano de Metas não existe. A questão é assim: a gente está priorizando as novas quadrilhas culturais e as velhas que virão com outros nomes. Como que a gente põe dentro de um Plano de Metas duas metas, principalmente, para abrir OSs para todas as bibliotecas e para os outros equipamentos culturais, privilegiando uma falsa meta de que virão mais pessoas, a gente sabe muito bem que a questão não é só as pessoas irem a equipamento, mas se elas têm pertencimento daquilo.

Se a pasta de cultura não tem esse entendimento mínimo, acho que tem que ter um concurso, outra prova, porque não está rolando mesmo. Está muito ineficiente.

Acho que a questão que foi falada aqui, a mais polêmica, é óbvio. A Secretaria com todas (Ininteligível) que tem para fazer, ainda está se prestando a ficar vendo esses projetos, se tem que passar, se não tem, ficar fazendo outro papel que não é dela, não tem mais condições. A gente tem muito para avançar ainda, não dá mais para ficar.

A gente tem que vir aqui para cobrar uma posição. A gente tem que olhar para frente. Se toda vez for ficar mudando de gestão e tudo sendo desconstruído, não dá gente! Precisa parar de ser só politicagem. Esta é a Casa do povo, a gente está aqui para virmos todos juntos. Sei que muitos não pensam dessa forma, mas é para isso que a gente vai vir aqui cobrar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Pablo

Norberto Carvalho, da Cooperativa.

O SR. NORBERTO CARVALHO – Vou tentar fazer uma fala rápida.

Josephine, você está chegando agora na Secretaria, vou tentar te ajudar. Olhe aqui na mesa: Police Neto, conhecido defensor da cultura nesta Casa; Soninha Francine, sempre

teve posicionamento a favor da cultura; Jair Tatto, sempre teve posicionamento a favor da cultura, tanto ele como toda família Tatto; depois vem Ricardo Nunes, foi relator do Orçamento, garantiu grande avanço do orçamento da cultura, nesta Casa, assim como o Bispo Atílio, também, quando foi relator, foi ele que garantiu os 12 milhões no Orçamento, para esse Prêmio Zé Renato esse mesmo que a Secretaria quer suprimir.

Diga-se de passagem, a Bancada do PSDB, quando tinha como Líder o Vereador Floriano Pesaro, foi que garantiu que passasse nesta Casa o Prêmio Zé Renato, esse mesmo que vocês estão querendo suprimir.

O Vereador Aurélio Nomura sempre votou, tem um número histórico em votar a favor da cultura nesta Casa. Agora, eu não conheço bem o Rodrigo Goulart e o Reginaldo Tripoli, mas vou dizer uma coisa, esse sobrenome Goulart sempre votou, nesta Casa, a favor da cultura, assim como esse sobrenome Tripoli, sempre votou, nesta Casa, a favor da cultura.

Vou esclarecer para você, Josephine, talvez você não saiba o que eu falei agora, mas você deve conhecer uma encenadora francesa que se chama Ariane Mnouchkine.

Quando Ariane Mnouchkine esteve no Brasil fez um elogio aos programas de fomento, o fomento ao teatro e à dança, dizendo que eram os melhores programas para pesquisa no mundo. Isso palavras da Ariane Mnouchkine, que você deve conhecer. Esse mesmo programa, fomento ao teatro vocês sucatearam e o fomento à dança vocês estão querendo suprimir e foram advertidos, inclusive, pelo Tribunal de Contas – TCU. Foram advertidos agora, recentemente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Para concluir.

O SR. NORBERTO CARVALHO – Por quê? Embora o Vereador Aurélio Nomura em que pese todas as questões de crise, e questões do Orçamento, você pode reduzir o orçamento, mas você não pode mudar a lei. Há uma lei de fomento à dança que foi aprovada por esta Casa. Esta autoridade o Executivo não tem.

O Executivo, se quiser mudar a lei, vai ter de negociar dentro desta Casa, porque o

fomento à dança foi aprovado nesta Casa. Vocês não têm autoridade para mudar a lei. Então, eu peço que você reflita sobre isso.

Também vocês não têm autoridade para suprimir uma lei que foi aprovada pela Casa, no caso do Prêmio Zé Renato, vocês não têm, o Executivo não tem essa autoridade, pelo menos, como estão constituídos os poderes no Brasil, vocês não têm ainda essa autoridade. A não ser que fosse uma ditadura, um regime de exceção, e nós não estamos em regime de exceção.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Para concluir.

O SR. NORBERTO CARVALHO – Estou concluindo.

Assim como nós não estamos num regime de exceção, vocês não podem fazer um edital que proíbe um posicionamento político dos artistas da produção de arte de rua. Porque você deve saber, no formato em que está o edital de arte de rua. Se o Diego Rivera, mexicano, muralista, quisesse fazer um mural na Av. 23 de Maio, seria proibido, seria censurado pela Secretaria, assim como Pablo Picasso, se fosse pintar a Guernica em qualquer lugar desta Cidade, seria proibido pelo Sr. Prefeito. Percebe ao absurdo que chegamos? Chegamos a um absurdo tal que hoje tem uma matéria na Folha que fala por si mesma que os Srs. Vereadores devem ler e que está tratando inclusive do nosso Secretário.

Outra questão. Não estamos em regime de exceção, Josefina, você não pode interferir no edital, como vocês estão fazendo no Vai. Vocês não têm esse direito. Então, o que temos hoje? O Executivo extrapolando as suas funções, querendo interferir na função do Legislativo e querendo se posicionar como pequeno ditador interferindo em uma decisão pública e democrática das comissões julgadoras.

Muito obrigado. Peço que vocês reflitam sobre isso. Não podemos ter um secretário que tome tal posicionamento, que ameace inclusive as posições tomadas nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agora, o último inscrito do Fórum Hip-Hop.

Depois Laerte Brasil.

(NÃO IDENTIFICADO) - Boa tarde a todos.

Quero só reforçar a proposta de emenda ao texto da LDO 2018, que está feito pela Comissão de Estudos de Cultura.

Falar também do mês do Hip-Hop, que seria a semana. Todo o ano temos uma briga com a secretaria, queria que olhassem com mais carinho as casas de Hip-Hop, os vocacionais, os territórios Hip-Hop – 11 milhões para a Subprefeitura e não veio.

Temos um trabalho duro. É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado pela objetividade.

Agora, Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Primeiramente, a proposta que o Prefeito Doria apresentou nos programas de rádio e televisão em sua campanha, Acelera São Paulo.

Acelera São Paulo vai ser desenvolvido pelos grandes debates e das grandes ideias que estão sendo desenvolvidas nestas audiências públicas.

Parabenizo a Secretaria-adjunta e o Secretário-adjunto de Cultura e repudiar a ação daqueles que fugiram destes debates e não atenderam ao convite desta Comissão. Isso é um verdadeiro absurdo porque eles fugiram do debate. Então, as entidades repudiam essas ações.

Estive nas audiências públicas da Assembleia Constituinte há 22 anos e apresentei uma tese de que o Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos teriam de apresentar um Plano de Metas.

No SUS apresentei uma tese com quase 65 páginas que foi aclamado por todos e os Deputados aprovaram o SUS e está na Constituição Federal do Brasil.

A Cultura é um grande fator de sustentabilidade econômica no País, ela gera 6,8% do PIB nacional e gera emprego. Na Cidade a Cultura gera 13,6% do PIB. No ano de 2016 atingiu quase 575 bilhões de reais.

Apresentei uma tese aqui com relação às bibliotecas municipais, inclusive a Mario de Andrade 24h. Agora, a Mario de Andrade fechou para 24h. Então, queria perguntar à Secretária que pelo abraße a Mario de Andrade até a meia-noite e as bibliotecas nos finais de semana com wi-fi gratuito. As políticas da Cultura não estão na LDO.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Police Neto, quer se pronunciar?

Rodrigo Goulart? Soninha?

A SRA. SONINHA FRANCINE – Para ver como nosso trabalho ainda é mais extenso do que vocês mesmo nos cobram.

Eu estava tentando recuperar os outros planos que não estão contemplados aqui. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, por exemplo, dispõe sobre a criação dos Simase, Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, do qual a Secretaria da Cultura faz parte. Existem menções expressas a atribuições da Secretaria da Cultura, por exemplo, indicação das unidades da Secretaria para uso dos espaços pelo sistema Socioeducativo, criação de mecanismos de participação digital, criação de profissionais de referência nos equipamentos que sejam usados para execução de medida socioeducativa. E por que vocês mesmos não encontraram? Porque não é lei nem decreto e nem portaria.

Então, existem compromissos assumidos a partir de documentos finais de conferências, mas assumidos ali em plenária. Nunca foram formalizados como nenhum tipo de diploma legal e os outros Planos que são lei também - plano de mobilidade urbana, plano diretor, também falam de Cultura, de descentralização, de regionalização, de transferência, de participação popular.

Então, o nosso trabalho é maior ainda do que vocês nos cobraram até aqui.

Eu teria outras coisas para comentar, mas não vem ao caso porque é o caso de ouvir a Secretária.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Reginaldo Tripoli? Considerações?

Perguntas?

O SR. REGINALDO TRIPOLI – Queria deixar, como a fala do nosso amigo ali, que a família sempre apoiou. Estou em meu primeiro mandato e não é a causa que atuo, para mim, a defesa animal é a causa que tenho atuado bastante, mas como vivi com muita gente da Cultura e até hoje convivo, talvez muitos não lembrem aqui do hoje famoso DJ Mau Mau, começou com Hip-Hop ensaiando em minha casa. Eu tive uma relação muito próxima com a molecada da rua, quando eu vivia nessa situação também. Não de pobreza, mas vivia na rua.

O que eu puder fazer em plenário para apoiar...eu estava aqui falando com o Bispo Atílio no momento até que o rapaz me chamou atenção, que eu chamei a sua porque não era o momento de você me questionar o que eu estava falando que eu tinha que prestar atenção e etc de uma forma educada com você. Eu estava dizendo a ele o seguinte: eu estudava em uma escola pública que tinha teatro, tinha música, línguas e que não existe mais. Era o GEGEDEC Experimental, na Lapa.

A cultura, a educação e o esporte resolvem, sim, a longo prazo, o problema da segurança e da saúde. Então, contem comigo no que for necessário dentro de plenário e onde eu puder ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Vereador Atílio.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO - Eu também não sou muito ligado à cultura, mas eu entendo, compreendo perfeitamente o trabalho, tanto que no ano passado, na minha relatoria, fiz o que foi possível para ajudar essa pasta de direcionando recursos para determinadas áreas. O prêmio Zé Renato é muito bacana e que vai representar muito para Cidade, por isso foi designado recursos auferidos para isso. Estamos aqui junto. Vamos lutar, vamos batalhar e fazer o que for preciso.

Só estava comentando com os Vereadores Aurélio e Reginaldo que realmente precisamos de um secretário mais ativo. Um secretário que visite os locais de trabalho da cultura, as áreas de atuação da cultura, para conhecer a verdadeira cultura da cidade de São

Paulo. Fazendo isso, ele terá mais tranquilidade para sentar à mesa do Prefeito, conversar e buscar tudo aquilo que a cultura precisa para ser mais implementada na cidade de São Paulo.

A cultura de São Paulo está aí à vista de quem quiser ver. É preciso que o secretário valorize e participe mais de perto de todo trabalho que a cultura efetua na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só para dizer e voltar a falar do déficit que temos. Até podemos realizar uma audiência para mostrar exatamente a dificuldade orçamentária que temos.

Na realidade, esta Administração, o Prefeito não está de braços cruzados. Estamos trabalhando naquele Plano Municipal de Desestatização exatamente para que venha mais recursos e que possa alguém ser encaminhado para todas as áreas.

Como descendente de japoneses, temos como prioridade algumas metas. A primeira é a educação, a segunda é a Saúde através dos esportes e tudo, e finalmente a base é a cultura. Não sei se alguns conhecem a cultura japonesa, mas até queria citar recentemente que foi criado na Vila Paulista o Japan House, que seria a divulgação da cultura japonesa em cinco capitais primordiais que o Japão e que busca o estreitamento das relações não só de amizades, mas também comerciais.

Entende a partir desse gesto que a base, o caminho, a necessidade como falaram que é importante que nós possamos ter políticas públicas voltadas à cultura. Não tenha dúvida que o Prefeito João Doria irá fazer um trabalho muito grande nessa área por que, diga-se de passagem, a mulher dele é artista plástica. Na realidade, nós estamos buscando e queremos trabalhar nesse sentido.

É bom que se diga e que se faça uma reflexão. O trabalho do André Stun e da nossa secretária-adjunta vem sendo um trabalho extenuante, difícil, até por uma série de colocações, mas tenham certeza de que, na medida do possível, todos serão (ininteligível) e

iremos trabalhar exatamente para que a cultura seja, como é, uma das prioridades do Governo João Doria.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Agradeço a Josephine pela presença, a Giovana também lá da secretaria sempre nos atende.

Queria fazer um encaminhamento, Presidente. Foi constituído por alguns vereadores da Câmara, liderado pelo Vereador Donato, um grupo para discutir a questão da área da cultura, a cultura de periferia, hip hop, essas coisas todas, e eles tiveram algumas reuniões, eu não pude participar porque estava na CPI dos grandes devedores. Estavam os Vereadores Toninho Vespoli, Soninha, na hora em que estive eram esses, não sei se estavam outros. Ontem, recebi também um grupo da Cultura, Vereadora Soninha também participou, e eles apresentaram um documento, evidentemente, não vamos conseguir atender tudo, até expliquei, tem coisas que não são relacionados à LDO. Sugerem que não pode congelar, não tem como fazer isso na LDO, ou seja, uma conversa muito ampla e muito aberta.

Eu queria solicitar, se possível, da Vereadora Soninha ficar com a relatoria da área da Cultura, uma sub-relatoria para analisar. Ela tem um conhecimento muito mais amplo nessa área do que eu, reconheço isso. Ela participou de reuniões que não pude participar, então, está muito mais envolvida e tem uma relação boa com os Vereadores Donato e Toninho Vespoli. Acho que pode conduzir bem os trabalhos. É só me passar o texto que a gente inclui no final com relação à questão da Cultura.

Sra. Josephine, eu vi que o Governo pretende, para o próximo ano, fomentar e fortalecer a questão das bibliotecas. É uma política do Governo que a gente tem de respeitar, o governo que foi eleito indiscutivelmente, e acho que é importante. Precisaria de mais tempo, mas só para entender em relação ao relatório, o que ele fala da questão de custear a criação de coordenadoria interna para as organizações sociais, as OSs. O que a Secretaria pretende com isso? Porque de OS que a gente tem hoje tocando é o Theatro Municipal. OS que tem

gerido a questão da Cultura e grupos organizados, entidades, qual é a ideia com relação ao item do anexo 1? E o restante aqui acho que depois a gente pode discutir porque não vai dar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Aurélio Nomura quer rapidamente fazer um comunicado de liderança? Passo a palavra, imediatamente, para as considerações finais da Sra. Josephine. Peço mais cinco minutos de paciência ao Vereador Presidente da Comissão de Política Urbana, Souza Santos.

O SR. SOUZA SANTOS – Presidente, só para apresentar o documento dele, para juntar.

A SRA. JOSEPHINE – Lamento que não haja mais tempo para responder, vou tentar ser breve e ir ao ponto. Preciso começar dizendo que somos da Secretaria da Cultura, então, o que pretendemos fazer e nos dedicando é trabalhar para que essas políticas públicas de Cultura sejam bem sucedidas em todos os locais, em toda Cidade.

Queria responder ao Vereador, a gente tem de fato se empenhado muito, temos visitado um imenso número de locais, e quando chegamos nas casas de cultura, a biblioteca, a primeira coisa que falam é : “Nossa, nunca veio aqui um Secretário de Cultura!”. Temos ouvido muito isso e repetidas vezes. Tem sido uma honra conhecer essas pessoas nesses locais e tem nos permitido conhecer de fato os equipamentos de cultura para pensar na melhoria das políticas na Cidade.

Temos o compromisso de descongelar o recurso da Cultura e executar cada centavo que vamos conseguir descongelar. Não haverá sobra, tudo que for destinado à Cultura será executado na Cultura, esse compromisso já foi falado para o Secretário, e também eu diversas vezes repito aqui. Vários projetos que foram mencionados aqui vieram congelados, ou porque eram atividades que viraram projeto ou eram emendas parlamentares. Assim que se conseguir a liberação, como é o caso das rádios comunitárias que o Lázaro falou, assim que se conseguir a liberação do recurso, claro, haverá edital.

Acho que isso é muito importante entender que havendo recurso, é nosso dever, nossa obrigação, nossa vontade colocar esses programas na rua. É o caso do Clube do Choro, que foi mencionado aqui, que apesar de não constar no orçamento, era uma emenda, foi congelado, mesmo assim sentamos com ele, houve um acordo e o Clube do Choro vai sim continuar suas atividades. Então, resolvemos isso no diálogo e com resultado muito positivo.

O prêmio Zé Renato, ao contrário do que foi falado aqui, não há a menor intenção de se suprimir ou extinguir o prêmio Zé Renato. Ainda no fim de março, o Secretário chamou todos os homologados. O que aconteceu é que na gestão passada foram homologados, mas o recurso não foi reservado, não foram assinados os contratos, a gente herdou essa questão. Mesmo assim, a gente foi lutar por esses recursos, chamaram todos os homologados, a gente fez questão, o Secretário anunciou a data de 15 de abril para pagamento. De fato, houve demora, acabei de confirmar que o recurso entrou, essa demora não foi nossa, entrou agora, será pago até sexta-feira da semana que vem. Não há o menor interesse, vontade de questionar o prêmio Zé Renato que é de muita importância.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. JOSEPHINE – A gente estava resolvendo a questão de pagar os homologados no edital vigente, assim que isso estiver resolvido, não há menor dúvida que haverá um edital. Agora, temos que voltar na Fazenda para brigar pelos recursos do próximo edital. Não há menor intenção de se acabar com o prêmio Zé Renato. Quero deixar isso bem claro.

Nós tivemos também a colocação do representante do hip hop, o Pirata, que é parceiro de ações de hip hop na Secretaria, a gente fez o mês do hip hop que foi um sucesso. O hip hop tem sido uma linguagem que temos dado uma atenção especial, a gente tem visitado as casas de cultura do hip hop, inclusive a casa de cultura Sul que foi muito interessante. É uma pauta central das nossas ações.

O plano municipal de livro e leitura também fizemos a primeira reunião do conselho.

Demorou para nomear os novos integrantes, mas estamos empenhados. A Biblioteca Viva é o primeiro programa que esta Secretaria lançou em 16 de março, e bibliotecas viraram meta de gestão. Isso é um fato inédito, bibliotecas nunca foram meta de gestão e gostaria de ter apoio a essa medida porque é uma conquista nesse sentido. O próprio PMLLLB queria essa atenção, queria abrir as bibliotecas no domingo, que é outra coisa que foi falada aqui. Sim, agora, as bibliotecas estão abertas nos horários e nos dias que a população pode visitar, que não era o caso antes. Com o wifi livre agora nas 54 unidades, coisa que começou na gestão passada e demos prioridade em relação a outros equipamentos. Então, garantir os princípios de bibliodiversidade e garantir um maior acesso a esses equipamentos e aos livros, aumentando o acervo, respeitando também a pluralidade e considerando, contemplando literatura periférica e pequenas editoras como o plano prevê. Então, estamos completamente alinhados e quero dizer que o sistema Alexandria é integrado com as bibliotecas comunitárias, então, tudo que puder ser feito nesse sentido será feito.

As comissões se reuniram e decidiram, houve questões técnicas que não dizem respeito a nós, no caso do Vai, no caso do edital do teatro, a comissão aprovou um valor que era 2 milhões superior ao que estava previsto em edital. São essas as questões que colocaram. De novo isso está disponível para vistas para quem quiser consultar.

E sobre o eSIC (?), esse não é o caso de discutir com as bibliotecas. Esse é um fato que vai ser amplamente debatido ainda e sobre qual a gente vai conseguir, com certeza, conversar e explicar o modelo que se propõe.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) –Obrigado. Não há mais tempo. A culpa não é sua, você falaria muito tempo aqui, eu sei disso. Agradeço a paciência.

Temos audiência pública geral da LDO, na próxima quarta-feira, 9:30h; e também dia 22, auditório Prestes Maia, requerente Vereador Aurélio Nomura. Tem uma poda de árvore (?), dia 23/05, Vereador Jair Tatto requerendo, contrato e locação da área da saúde neste local.

Pela ordem, Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURELIO NOMURA- Só para comunicar a comissão que recebi agora o telefonema do Secretário Filipe Sabará, que irá comparecer na próxima quarta-feira. Então, acho que seria interessante, ao invés de fazer a convocação, fazer o convite. Está confirmada a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Nomura.

Estão encerrados os trabalhos.
